

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS
MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA
FRANCISCO ANDESSON BEZERRA DA SILVA

FATORES ASSOCIADOS ÀS VIOLÊNCIAS PERPETRADAS CONTRA TRAVESTIS NO
CONTEXTO FAMILIAR

SANTOS, SP

2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS

FRANCISCO ANDESSON BEZERRA DA SILVA

FATORES ASSOCIADOS ÀS VIOLÊNCIAS PERPETRADAS CONTRA TRAVESTIS NO
CONTEXTO FAMILIAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos como parte dos requisitos para o mestrado.

Área de Concentração: Saúde, Ambiente e Mudanças Sociais.

Orientadora: Dra. Claudia Renata dos Santos Barros

SANTOS, SP

2020

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

S586f Silva, Francisco Andesson Bezerra da.
Fatores associados às violências perpetradas contra travesti no contexto familiar. / Francisco Andesson Bezerra da Silva; orientadora Cláudia Renata dos Santos Barros. - 2020.
75 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Saúde Coletiva.

Bibliografia:

1. Identidade de gênero. 2. Família. 3. Travestis. 4. Violência. I. Barros, Cláudia Renata dos Santos. II. Universidade Católica de Santos. III. Título.

CDU 1997 - 614(043.3)

Maria Rita C. Rebello Nastasi - CRB 8/2240

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer, porque agradecer é reconhecer.

A Deus por ter me dado força durante esses dois anos, mesmo com tantas dificuldades e desânimos foi o meu apoio, minha força maior. Agradeço também, pelas várias conquistas durante este período e por ter me guiado sempre para o caminho do bem.

Aos meus Pais, Maria de Fátima e Raimundo Bezerra, pelo amor dedicado durante o longo tempo de ensinamentos. Cresci aprendendo com suas lições de vida, tornei-me adulto tentando corresponder os seus anseios, aprendi a essência do viver seguindo os seus exemplos. Mãe e Pai, sei que no dia da minha formatura vocês estarão sentados na plateia, mas estarão comemorando de forma muito especial: dentro do meu coração. Afinal, tudo começou com vocês.

À Vovó Maria José (*in memória*), pelo amor, dedicação e exemplo de garra e perseverança. Agradeço também pelos ensinamentos e afeto, que forão/são primordiais para superar algumas dores. Vocês são minha fortaleza.

Aos meus irmãos e amigos, que dispensa estereótipos, Maria da Conceição, Flaviana, Nilcelio, Nacélio, Junior Sousa e Junior Menezes por ter me apoiado incansavelmente nesse sonho, mesmo em meio a tantas dificuldades, sempre se prontificou a me socorrer, nos momentos mais difíceis e doloridos. Agradeço a Deus por ter colocado vocês minha vida.

À minha orientadora, a competente e responsável Cláudia Barros, pela disponibilidade, confiança, atenção e paciência. Sem você pouco disso faria sentido. Você se tornou muito importante na minha vida, tem sido o meu espelho. Muito obrigado!

Aos mestres e professores, da Universidade Católica de Santos. Agradeço também pela amizade construída durante todo esse processo de formação acadêmica, por terem feito parte de momentos magníficos. Aos mestres que, embora não foram meus professores, mas que tive o prazer de conhecê-los e, de alguma forma terem contribuído nesse processo. À Professora Maura Vanessa, o meu muito obrigado!

Ao meu esposo Francisco Carneiro, que compartilhou dos meus ideais, compreenderam-me, incentivaram-me, muito obrigado, te amo!

Agradeço a toda equipe de trabalho da 10ª Gerência Regional de Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde, em nome do amigo Arenson Rodrigues (Sonson) pela confiança e carinho.

Agradecer é admitir que houve um momento em que se precisou de alguém; é reconhecer que o homem jamais poderá lograr para si o dom de ser auto-suficiente. Ninguém se faz sozinho: sempre é preciso um olhar de apoio, uma palavra de incentivo, um gesto de compreensão, uma atitude de amor.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”

Simone de Beauvoir

RESUMO

Objetivos: Este estudo teve por objetivos: Estimar os fatores associados à violência vivenciada por travestis no contexto familiar; compreender o processo de violência vivenciada no cotidiano familiar das travestis e identificar os tipos de violência prevalentes que as travestis enfrentam no âmbito do convívio familiar. **Método:** Tratou-se de estudo transversal que integra o projeto mais amplo intitulado de “*Igualdade, Saúde, Tolerância: construindo pontes no Universo das Travestis, Transexuais e Transgêneros*”, cuja coleta de dados, se deu por meio de uma amostra de conveniência. O questionário foi enviado via Redes Sociais (*Facebook*), no período de fevereiro a abril de 2017. O presente estudo foi realizado com subamostra de 672 travestis e a variável dependente analisada foi a violência no contexto familiar, categorizada em “física/sexual”, “verbal/psicológica” e “nenhuma”. As variáveis independentes foram: sexo de nascimento, faixa etária, raça/cor, estado civil, religião, escolaridade, orientação sexual, aceitação familiar e ter sido expulsa de casa. Todas as variáveis foram descritas por meio de frequência absoluta e relativa. Para a análise dos fatores associados foi utilizada a Regressão Logística Multinomial. No modelo final são mantidas as variáveis significativas. O nível de significância adotado foi 5%. **Resultados:** Os resultados apontaram que a variável *Idade* é um fator relevante na determinação da violência familiar, seja de cunho psicológico e física e/ou sexual. Sobre a *Escolaridade* foi demonstrado que há maiores chances da ocorrência da violência em pessoas com menor grau de instrução, sendo o investimento em capital humano por meio da qualificação nos estudos, um fator de proteção a violência. A maior parte dos indivíduos pesquisados não terminou a educação básica, apenas 3,72% possuíam ensino superior completo, condição que está intimamente relacionada com a violência familiar, seja ela psicológica ou física. A probabilidade de que alguma travesti sofra violência psicológica é 5,66 vezes maior para aquelas que sentem medo de assumir sua identidade. O mesmo ocorreu para a violência física e sexual (OR = 4,04). A porcentagem de travestis que afirmou ser tranquilo assumir sua identidade foi aproximadamente 6,27%. A maioria achou complicado e teve medo, totalizando juntos mais de 68% do total de entrevistados. Com relação à variável *Expulsa (a) de casa*, o estudo demonstrou que o fato de uma travesti que foi expulsa de casa sofrer violência física e/ou sexual é quase 3,96 vezes maior do que aquelas que tiveram alguma aceitação familiar no modelo bruto e 3,09 vezes maior no modelo ajustado. Foi visto ainda que 33,63% do total das travestis pesquisadas foi expulsa de casa. A respeito da variável *Profissão*, as travestis que trabalham como profissionais do sexo apresentaram maiores chances de sofrerem violência física e/ou sexual (OR = 2,81). Além disso, as profissões como telemarketing (OR = 6,75) e Agente de prevenção (OR = 4,02) também apresentaram probabilidades significativas. Entretanto, após a inclusão do modelo ajustado, nenhuma das profissões não exerceu influências significativas nos tipos de violência. **Conclusão:** Os dados observados apontam que o cotidiano das travestis ainda é marcado por preconceito, discriminação e violência, principalmente no que diz respeito à família e aos espaços sociais em que as mesmas transitam, perpassando pela dificuldade de acesso a empregos formais e inserção a espaços de formação acadêmica. Nesse sentido, é de extrema importância a implementação de políticas públicas direcionadas não apenas para a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, mas também para políticas de inclusão na família, escola e no trabalho.

Palavras-chave: Identidade de Gênero. Família. Travestis. Violência.

ABSTRACT

Objectives: This study had as objectives: to estimate the factors associated with violence experienced by transvestites in the family context; to understand the process of violence experienced in the transvestites' daily family life and to identify the prevailing types of violence that transvestites face in the family environment. **Method:** This was a cross-sectional study that integrates the broader project entitled "Equality, Health, Tolerance: Building Bridges in the Universe of Transvestites, Transsexuals and Transgendered People", whose data collection was carried out by means of a convenience sample. The questionnaire was sent to Social Networks (Facebook) from February to April 2017. This study was carried out with a sub-sample of 672 transvestites and the dependent variable analyzed was violence in the family context, categorized into "physical/sexual", "verbal/psychological" and "none". The independent variables were: birth gender, age, race/color, marital status, religion, education, sexual orientation, family acceptance and being expelled from home. All variables were described by means of absolute and relative frequency. Multinomial Logistic Regression was used to analyze the associated factors. In the final model, significant variables are maintained. The level of significance adopted was 5%. **Results:** The results showed that the variable Age is a relevant factor in determining family violence, whether psychological and physical and/or sexual. Regarding schooling, it was demonstrated that there are greater chances of the occurrence of violence in people with less education, being the investment in human capital through the qualification in the studies a factor of protection to violence. Most of the individuals researched did not finish basic education, only 3.72% had completed higher education, a condition that is closely related to family violence, whether psychological or physical. The probability that some transvestites suffer psychological violence is 5.66 times higher for those who are afraid to assume their identity. The same is true for physical and sexual violence (OR = 4.04). The percentage of transvestites who said it was easy to assume their identity was approximately 6.27%. The majority found it complicated and fearful, together accounting for more than 68% of the total interviewees. Regarding the variable Expelled (a) from home, the study showed that the fact that a transvestite who was expelled from home suffered physical and/or sexual violence is almost 3.96 times greater than those who had some family acceptance in the raw model and 3.09 times greater in the adjusted model. It was also seen that 33.63% of the total transvestites surveyed were expelled from home. Regarding the variable Profession, transvestites who work as sex professionals presented higher chances of suffering physical and/or sexual violence (OR = 2.81). In addition, professions such as telemarketing (OR = 6.75) and Prevention Agent (OR = 4.02) also presented significant probabilities. However, after the inclusion of the adjusted model, none of the professions did not have significant influences on the types of violence. **Conclusion:** The observed data indicate that the daily life of transvestites is still marked by prejudice, discrimination and violence, mainly in what concerns the family and the social spaces in which they pass through, going through the difficulty of access to formal jobs and insertion to academic formation spaces. In this sense, it is of extreme importance the implementation of public policies directed not only to the prevention of diseases and the fight against sexual exploitation, but also to policies of inclusion in family, school and work.

Keywords: Gender Identity. Family. Transvestites. Violence.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Caracterização sócio-demográfica das Travestis. São Paulo. 2020	34
TABELA 02	Caracterização sobre a sexualidade das Travestis. São Paulo. 2020	36
TABELA 03	Profissões das Travestis. São Paulo. 2020	37
TABELA 04	Teste de associação entre a violência familiar e variáveis Sociodemográficas.	38
TABELA 05	Teste de associação entre a violência familiar e características familiares da amostra.	39
TABELA 06	Fatores associados à violência psicológica segundo o modelo de regressão logística multinomial.	42
TABELA 07	Fatores associados à violência física e/ou sexual segundo o modelo de regressão logística multinomial.	44

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

FIGURAS

Figura 1 - Esquema de divulgação nas Redes Sociais (Facebook)

.....

27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

HIV - Human Immunodeficiency Virus

IOM – Institute of Medicine

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

IPECI - Instituto de Pesquisas científicas e tecnológicas

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OMS - Organização Mundial de Saúde

PCN'S - Parâmetros Curriculares Nacionais

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1	Identidades	16
1.2	O percurso de transição: autoconhecimento, aceitação da família e inserção nos espaços sociais.	18
1.3	Processos de Violência	20
1.3.1	Tipos de Violência	21
1.3.1.1	Violência Transfóbica e Fatores Associados	22
1.4	Reflexos da Violência na Saúde	23
1.5	Justificativa / Hipóteses	25
2.	OBJETIVOS	26
2.1	Objetivo Geral	26
2.2	Objetivos Específicos	26
3.	METODOLOGIA	27
3.1	Tipo de Estudo	27
3.2	População e Amostra	27
3.3	Coleta de Dados	27
3.4	Critérios de inclusão	28
3.5	Instrumento de Coleta de Dados	28
3.6	Pré-teste	28
3.7	Recebimento das Entrevistas	28
3.8	Variáveis do estudo	29
3.8.1	Descrição das variáveis	29
3.8.1.1	Classificação da variável dependente	29
3.8.1.2	Classificação das variáveis independentes	30
3.9	Análises Estatísticas	32
3.10	Aspectos éticos	33
4.	RESULTADOS	34
5.	DISCUSSÃO	44
6.	CONCLUSÕES	52
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXOS	58
	Anexo 1 - Autorização para utilização dos dados do projeto Muriel e para divulgação da pesquisa.	59

Anexo 2 - Modelo do Instrumento de Coleta de Dados ONLINE – Termo – Resposta:60
não aceito participar.

Anexo 3 - Modelo do Instrumento de Coleta de Dados ONLINE – Termo – Resposta:62
aceito participar.

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno observado por séculos e mundialmente reconhecido como de leitura ambígua, complexa, que está em franca expansão, em todas as suas formas de expressão e violação da liberdade e direitos da sociedade. Desde o existir humano, este fenômeno incorpora sentimento de insegurança, medo, angústia e terror na sociedade, caracterizando-se enquanto grave fenômeno mundial, (SILVA *et al*, 2016).

Chauí (1998) incorpora significados mais abrangentes, apontando que a violência simboliza atos de desnaturar, ou seja, o uso da força indo contra a natureza de algum ser; coagir; constranger; torturar; brutalizar, na perspectiva de violar as vontades e liberdades de alguém, transgredindo contra coisas e ações que a sociedade e as pessoas definem como justas e como um direito.

Nesse cenário, diante da conjuntura atual brasileira, percebe-se a necessidade de se debater acerca da diversidade sexual, uma vez que a violência atinge em especial e de maneira crescente a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), uma vez que performam uma sexualidade lida como dissidente e transgressora, que desafia as expectativas de que todos os indivíduos sejam heterossexuais e cisgêneros. Os episódios de violência sofridos por esta população são atos que perpassam da intimidação psicológica à agressão física, tortura, sequestros e assassinatos seletivos e quando direcionados a travestis e transexuais recebem a designação de transfobia (BARRETO, 2012).

O termo transfobia é utilizado para designar diversas formas de violência, discriminação, ódio, nojo, comportamento agressivo e atitudes negativas a indivíduos ou grupos que “transgridem” ou não estejam em conformidade com as expectativas sociais e normas relacionadas com o “sexo” e que se identificam como travestis ou transexuais. A violência se manifesta de várias formas: física, discurso de ódio, insultos, e cobertura da mídia hostil às formas mais difusas de opressão e exclusão social (TGEU, 2016).

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (2018), em 2016, 420 LGBT's morreram no Brasil, sendo 320 assassinatos e 100 suicídios. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) contabilizou 179 assassinatos de pessoas trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans, no referido ano (ANTRA, 2018). Percebe-se que são sujeitos considerados seres desagradáveis pela sociedade, alvos principais do preconceito e da discriminação nos mais diversos espaços sociais, sendo os mais odiados entre os grupos minoritários (MOTT, 2002; BUTLER, 2008).

Considerando que a violência transfóbica reflete expressões extremadas do preconceito e da discriminação contra essa população, e diante de tantos significados atribuídos a estes termos, entende-se que trata de expressões correlatas, utilizadas por vezes de modo intercambiado, sendo que o preconceito se consolida a partir de percepções mentais negativas sobre determinadas populações socialmente inferiorizadas e a discriminação se apresenta na materialização de atitudes arbitrárias, relacionadas ao preconceito e que violam os direitos de tais indivíduos no âmbito das relações sociais (RIOS, 2008, p. 32).

Para Goffman (2004), a falta de vontade em reconhecer ou respeitar a transexualidade inculcado em todas as esferas, e o desvelamento do preconceito, da discriminação e da intolerância à identidade de gênero de travestis completa-se e pode desencadear o processo de estigmatização, termo que caracteriza, atualmente, o indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena, e tem sua identidade vituperada.

Nessa perspectiva, na busca de avançarmos enquanto cidadãos que prezem pela justiça, solidariedade, livres de preconceitos e discriminação, é importante fazermos enfrentamento no que tange às dificuldades em se garantir de maneira plena os direitos humanos, problematizando, desestabilizando e subvertendo todo e qualquer discurso e ato que promova a transfobia (JUNQUEIRA, 2009).

1.1 Identidades

A sexualidade humana existe, forma-se e projeta-se ao desempenho de qualquer sociedade ou período histórico que está sendo vivenciado. No entanto, muitos aspectos foram propostos e organizados ao longo da história humana, o que levou a cultura, a ciência e a sociedade a uma experiência de decompor, segregar e padronizar a sexualidade (CARRIERI, SOUZA, AGUIAR, 2013).

O processo de construção da identidade sexual do sujeito, o que inclui a identidade de gênero e a forma como os indivíduos a performatizam é particular, intrínseco, complexo e perpassa por questões de cunho social, cultural e religioso. Por esse escopo, é importante destacar que sexo é biológico e gênero é social. Neste último sentido, o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (JESUS, 2012).

Para Silva, Bezerra e Queiroz (2015), a ideia que uma pessoa tem sobre ela, ou melhor, sobre quem é ela, pode ser chamado de identidade, incluindo nessa definição, como essa pessoa

se refere aos outros e de como ela vê o mundo e se relaciona com os outros. Identidade de gênero é, portanto, o gênero com o qual uma pessoa se reconhece, que pode ou não compatibilizar com o gênero que lhe foi conferido quando nasceu, ou seja, uma pessoa pode vir ao mundo com um sexo biológico e se identificar com o gênero oposto (JESUS, 2012).

Segundo Cardoso (2008), o termo orientação sexual, na maioria das vezes, refere-se à direção ou inclinação do desejo afetivo e sexual, seja com pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou para ambos, onde os sujeitos se consideram enquanto heterossexual, bissexual ou homossexual. De acordo com Silva *et al* (2015), “o gênero é uma construção social e, portanto, histórica de modo que poder-se-ia supor que esse conceito é plural e que haveriam conceitos de feminino e masculino diversos”, ou seja, as relações de gênero determinam várias concepções de mundo e de relações, pois participam do cotidiano das pessoas, de modos de subjetivação, considerando as imagens, discursos e sentidos (PERES, 2009).

Dourado *et al* (2016) afirmam que o conceito de gênero relacionado como uma construção social não é o único que pode ser encontrado nas sociedades, pois, em algumas delas existem perspectivas dominantes, que estabelecem uma relação binária e compreendida como supostamente natural acerca da construção do gênero, que define o binômio homem/mulher, masculino/feminino.

A compreensão da identidade de gênero é essencial para discussão do processo da transexualidade e travestilidade, fenômeno caracterizado pela existência de pessoas que possuem uma identidade social diferente daquelas atribuídas ao nascimento, contudo essa identidade vem carregada de atributos negativos, estigma – desaprovação ou pressuposição de aspectos negativos atribuídos a um comportamento dissidente – que acabam por si influenciando nas interações sociais (GOFFMAN, 2004; TGEU, 2016).

Travesti é o indivíduo que obtém prazer, de qualquer tipo, em vestir-se ou disfarçar-se com as roupas e bijuterias, agir, falar, idealizar e viver conforme o seu sexo oposto e diferentemente do que é difundido pelas mulheres trans, não querem ser identificadas como mulheres travestis. É uma identidade na qual se altera o corpo para ser semelhante ao sexo oposto, mas que, em gênese, abriga as subjetividades dos gêneros masculinos e femininos (KULICK, 2008).

Pandoni e Oliveira (2017) afirmam que todas as pessoas são diferentes na sociedade, mas, quando esse fato é retratado na vivência social, não é levado em consideração, pois, as pessoas que não se enquadram dentro das perspectivas que o imaginário social dita, em relação

às normas de gênero e ao que vem a ser a representação social da figura do masculino e do feminino, são discriminadas.

1.2 O percurso de transição: autoconhecimento, aceitação da família e inserção nos espaços sociais.

Há consenso velado em nossa sociedade de que o corpo é um atributo natural e que define a identidade de homens e mulheres, de modo que as mudanças realizadas nos seus corpos por travestis implicam em dificuldade de convivência nos espaços sociais normatizados (CHAGAS, 2017).

Segundo estudo realizado por Kennedy (2010), boa parte das pessoas transgênero toma consciência de sua identidade de gênero bastante cedo. Sendo assim, a maioria das crianças transgênero passa maior parte, ou um período de sua infância, sentindo-se socialmente diferente da perspectiva que têm que representar. Durante a puberdade, com o surgimento de características sexuais que diferenciam homens de mulheres, os conflitos internos e a percepção de “estar no corpo errado” ganha força, em geral associados a episódios de medo, angústia e ansiedade. É nesta fase que ocorrem as maiores transformações corporais nos seres humanos de modo geral e é também nela que constituímos aspectos fundamentais da nossa personalidade e identidade, inclusive sexual (KENNEDY, 2010).

Neste sentido, desde a socialização primária, são originadas as estruturas das primeiras disposições duráveis, nomeadas por Bourdieu de ‘*habitus*’ e atreladas à produção dos gêneros o autor intitula ‘*habitus* de gênero’, consolidado nas instituições familiares, escolares e religiosas presentes na socialização primária (Bento, 2006). Com vistas a incorporar o ‘*habitus* de gênero’ com que se identificam, e que é distinto do que lhes é atribuído, a busca por ajustes corporais que inibam ou minimizem os caracteres sexuais biológicos, iniciada na vida privada, nos espaços mais íntimos, torna-se, em algum momento, pública. A expressão “sair do armário” é comumente utilizada para representar esse movimento de coletivização de uma identidade que até então mantinha-se escondida, sufocada pelas pressões sociais e como forma de defender-se da violência em função da identidade de gênero (SILVA E CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

Como primeira instância social, conforme Devides (2018), a família passa a ser o primeiro grupo social a excluir ao invés de acolher, dando início ao rompimento de vínculos e

o processo de estigmatização, o que deixa as travestis em situações de vulnerabilidade social, depreciadas, marcadas negativamente, com violação de seus direitos. Esses processos que depreciam influenciam toda a organização de suas subjetividades, construídas ao longo das relações que estabelecem com os outros, com o mundo e consigo mesmas.

O acesso aos serviços de saúde, às políticas públicas e à circulação, em diferentes territórios e instituições, também é dificultado, pois, a não aceitação familiar as levam a outros ambientes, em busca de moradia, e meios para sustento, sendo assim, por muitas vezes inserida no contexto de viver na rua e na noite e encontrar na prostituição um meio de sobrevivência, o que as coloca em situação de risco (CÂMARA, 2017).

Ao deixar o lar, vivenciam um momento crucial no processo de construção dessas pessoas, pois, a saída do lar está diretamente ligada a não aceitação familiar, às novas descobertas, ao corpo e a sexualidade, além do que muitas travestis são alvo de agressões verbal e físico ainda na família, sendo expulsas de suas casas e tendo que recorrerem a amigos ou outras pessoas em busca de acolhimento (PERES, 2009).

Esse processo de exclusão familiar faz com que surjam outros sofrimentos, marcados por agressões físicas e psicológicas, histórias de discriminação e exclusão, sendo esse processo de exclusão propagado da família para a comunidade, desta para escola, para os serviços de saúde e demais espaços e contextos de relações com que essas pessoas venham a interagir (ANDRADE, 2017).

Segundo Bonassi *et al* (2015) a escola é um ambiente responsável por novas descobertas, permitindo as pessoas a terem contato com uma diversidade de conhecimentos e de pessoas, sendo algo positivo na vida daqueles que a frequentam. No entanto, as instituições que ao mesmo tempo em que reconhecem e defendem a importância da integração, do respeito e da boa convivência, estabelecem regras que reproduzem os padrões dominantes da sociedade tornando-se assim, geradores de exclusão.

As escolas não se configuram como uma experiência positiva para as travestis como afirma Silva e Santos (2014), pois, no ambiente escolar, elas continuam sofrendo agressões físicas e verbais. Muitas não conseguem frequentar a escola, mediante a falta de acolhimento familiar, e por se depararem com um novo contexto social, que por muitas vezes será refletido em preconceito e a discriminação.

De acordo com White, Reisner e Pachankis (2015), o processo de estigmatização, a partir da tentativa de controle normativo das identidades trans vai desde o nível estrutural até as interações sociais do cotidiano. Esse processo estabelece gradativamente todo um sistema de depreciação e desvalorização que leva a pessoa a se inferiorizar, perdendo assim, sua autoestima, e aceitando todos os estigmas que incorporam valores como verdades absolutas e de modos de ver que justificariam a sua desqualificação e exclusão como algo natural, justo e inevitável (ALVES, 2013).

A partir dessa subjetivação de opressão, as pessoas vão se tornando cada vez mais frágeis, ficam à mercê de qualquer forma de desrespeito, de abandono e descaso dos outros, das famílias, das escolas, dos currículos, enfim, das políticas públicas que possam promover a inclusão e o direito a ter direitos, logo, exercer a cidadania (BARRETO, 2012).

1.3 Processos de Violência

Segundo Alves (2013), as travestis, após se perceberem pertencentes a um gênero diferente do que lhes foi atribuído no nascimento, passam a enfrentar uma verdadeira luta para viverem sua identidade. Elas vivenciam um risco constante relacionado a violência, são excluídas do mercado de trabalho, têm enorme dificuldade para acessar serviços de saúde, são hostilizadas e violentadas nas escolas e sofrem, frequentemente, com a incompreensão e a rejeição familiar (VINÃS, 2016).

De acordo com Oliveira e Menezes (2018), a violência que estas pessoas estão sujeitas é tida muitas vezes como algo natural, no imaginário social, seja ela de ordem física ou psicológica, informação confirmada por meio de estudos onde 10% dos sujeitos entrevistados revelaram sentir ódio e aversão por travestis, sendo maior a parcela confessada por homens. Quando se considera apenas a antipatia pelo público, os números elevam-se para 46% (OLIVEIRA; MENEZES, 2018).

No estudo de Silva (2016), evidencia-se que a maior parte das entrevistadas apresentou já ter sido vítima de algum tipo de violência, sendo 41% no seio familiar, por membros da família, reafirmando assim a forte intolerância contra essa população e os inúmeros casos de violência transfóbica noticiados diariamente pela mídia; estando o Brasil em destaque mundial em relação a crimes transfóbicos e sendo a região nordeste a mais violenta (SILVA, 2016).

Já de acordo com estudo de Oliveira e Menezes (2018), no que tange à violência sofrida em razão da sua identidade de gênero, a violência verbal, como também psicológica, física, sexual e negligência, que também pode ser considerado uma forma de agressão, se torna mais comum no acesso aos serviços públicos. Dessa forma, o risco de ocasionar danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento pleno da pessoa é elevado (OLIVEIRA; MENEZES, 2018).

No âmbito privado, o seio familiar não está livre das pressões e das convenções sociais, de modo que este também é um espaço de reprodução do preconceito e da discriminação contra pessoas transgênero, num fenômeno compreendido como violência familiar, o qual buscaremos estimar neste estudo.

1.3.1 Tipos de Violência

Presente em diversas esferas da população LGBTT, a violência se apresenta tanto no convívio social quanto na construção da identidade dessa população, podendo se perceber suas ramificações no ambiente familiar, nas escolas, na igreja, na rua, no posto de saúde, na mídia, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público (BRASIL, 2012).

Segundo Dhlberg e Krug (2007), a Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como o uso exacerbado de força física ou poder, sendo em forma de ameaça ou cumprindo a ameaça, podendo ser contra a própria pessoa, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Na tipologia da violência, é possível elencar categorias que se fazem presentes as naturezas dos atos violentos, exceto na violência autodirigida e são elas: física, sexual, psicológica e relacionada à privação ou ao abandono, destacando que a violência contra criança e violência na comunidade se enquadra dentro da tipologia **violência interpessoal** e a política como **violência coletiva** (RESENDE, 2016).

De acordo com França *et al* (2017), a violência contra a população LGBTT, é uma realidade palpável e concreta, desde violência física à exclusão. Visto que a sociedade é organizada em dois gêneros, com funções estruturadas socialmente para ambos, torna-se marginalizado quem “foge” à regra, caracterizando já um ato de violência. Dessa forma, torna-se cada vez mais arraigada a LGBTfobia, já que essa população, tem no seu corpo a tradução

de quem são eles, sendo o Brasil evidenciado como um dos principais países, onde mais LGBTT são assassinados (CABRAL *et al*, 2013; LEVY E ZANETTINI, 2016).

É notável que exista uma grande dificuldade em perceber a LGBTfobia como fenômeno relacionado a questões e relações de gênero, já que o termo, na maioria das vezes, se refere apenas a casos de discriminação contra homossexuais masculinos. Faz-se necessário então a analisar e associar a LGBTfobia com aspectos sociais relacionados aos “preconceitos, discriminações e violências contra homossexuais, bissexuais e transgêneros, seus comportamentos, aparências e estilos de vida”. (JUNQUEIRA, 2007, p. 87).

A violência apresenta-se estruturada sobre quatro categorias: a física, correspondente a toda manifestação com o objetivo de ferir; violência psicológica, caracterizada pela humilhação, desrespeito, rejeição, entre outros; violência sexual, quando o agressor abusa de seu poder sobre a vítima na obtenção da gratificação sexual, sem o consentimento da vítima; e negligência, que é a omissão do responsável em proporcionar as necessidades básicas de seu dependente” (CABRAL *et al*, 2013).

Em se tratando de violência psicológica, destacam-se as manifestações dirigidas à população LGBTT, tais como ameaças, humilhações, chantagens, cobranças para mudança de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual e proibição de socialização, provocando, assim, o isolamento dos amigos e familiares (BRASIL, 2002).

Segundo Ryan *et al* (2009), a violência perpetrada contra LGBTT é um importante estressor social que resulta em impactos negativos na saúde mental e qualidade de vida dessa população. Nesse cenário, podemos incluir um aumento de quase seis vezes para ocorrência de quadros depressivos e seus desdobramentos, como os sentimentos de culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, vergonha, isolamento social, dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, hostilidade, distúrbios alimentares e uso/ abuso de substâncias psicoativas (CARDOSO, FERRO, 2012).

O Brasil se mostra um país com forte intolerância contra o segmento de travestis, apesar das conquistas e garantias constitucionais e outros direitos obtidos por essa população. A diversidade tipológica da intolerância e da violência varia de forma crescente, desde o assédio moral, a discriminação até a morte (BRASIL, 2009).

1.3.1.1 Violência Transfóbica e Fatores Associados

Os processos de estratificação social, raiz central do estigma, no entanto, não se baseiam unicamente numa característica do indivíduo ou de um grupo, mas num conjunto de características que interagem entre si, as quais denominamos marcadores sociais da diferença, uma vez que os indivíduos estão marcados por categorias como classe, raça, gênero, faixa etária e orientação sexual (CABRAL, 2012).

Especificamente no campo da saúde, a necessidade de analisar essa interação se dá pela complexidade dos processos humanos, que não podem ser compreendidos quando vistos a partir de uma única dimensão. No que diz respeito à violência, por exemplo, esses marcadores interagem de modo a hierarquizar indivíduos e grupos mais ou menos suscetíveis, ou contra os quais seria mais ou menos legítimo incidir um ato de violência, desde o ponto de vista dos autores desse ato (CARNEIRO; ORNAT, 2014).

No caso das travestis, diversos outros fatores se associam à identidade de gênero na estruturação do fenômeno da violência transfóbica, como aqueles apontados por Silva *et al.* (2016): “idade, identificação de gênero, uso do nome social, etnia, estado civil, escolaridade e ocupação principal”. A literatura, entretanto, possui poucas análises que relacionem a ocorrência concomitante de distintos fatores nos episódios de violência transfóbica.

Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acerca da violência contra travestis no Brasil em 2016 (BRASIL, 2017), apontam que 60,9% das denúncias recebidas pelo Disque 100, central de denúncias de violações de direitos humanos do Governo Federal, ligadas à transfobia, referem-se a episódios de violência contra travestis de 18 a 30 anos. Quanto à cor/raça das denunciantes, 51,4% não apontaram, 29,5% afirmam ser de cor/raça parda, 11,4% de cor/raça branca e 6,7% de cor/raça preta. Os dados, infelizmente, não foram tratados estatisticamente de modo que se possa analisar de modo aprofundado a associação desses fatores com a violência transfóbica.

Essa relativa ausência de fatores associados à transfobia na literatura, na mesma medida em que constituem um desafio no nosso campo, abre espaço para que novas análises sejam realizadas. Empreender esforços neste sentido, no entanto, é urgente, na medida em que há um consenso acerca da relação entre episódios de violência e saúde, e uma vez que estes episódios ferem a dignidade destas pessoas, impedem o gozo pleno de seus direitos humanos, e muitas vezes são responsáveis por lhes ceifar a vida (CABRAL, 2012).

1.4 Reflexos da Violência na Saúde

O corpo é onde se concentram os principais símbolos do feminino e do masculino. Por muitas vezes, a construção da identidade corporal, tem seu início inadequado na adolescência com o uso de hormônios sexuais, com a ingestão ou aplicação de medicamentos com progesterona ou/e estrogênio, para que esses hormônios promovam o desenvolvimento das mamas, o arredondamento dos quadris, afinação da voz e também a diminuição da produção de pelos, principalmente da barba, peito e pernas (TEIXEIRA *et al*, 2017).

Devido à falta de conhecimento e capacitação adequada por profissionais de saúde essa população tem, muitas vezes, o direito à saúde desrespeitada e negligenciada. Os profissionais ainda apresentam conhecimento muito restrito quando o assunto é voltado ao exercício da sexualidade e às variantes de identidade e orientação de gênero, pois, existem conceitos moldados nos padrões vigentes na sociedade, que desencadeia assim uma assistência inadequada (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Por meio do Programa Brasil sem Homofobia, as pessoas LGBTTT tiveram o reconhecimento sobre a complexidade de saúde pela inserção de práticas e políticas voltadas às especificidades delas. Em conformidade com a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Carta de Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), publicada pelo Ministério da Saúde, que explicitam os direitos e deveres dos usuários, foi instituída a Política Nacional de Saúde LGBTTT, a qual constitui um documento norteador e legitima as necessidades e especificidades de saúde das pessoas (PANDINI; OLIVEIRA, 2017).

De acordo com Silva *et al* (2005), essa política reconhece a complexidade dos problemas de saúde das pessoas travestis e suas demandas no processo de feminização do corpo à identidade de gênero, trazendo ações, serviços e procedimentos, tais como estratégias de redução de riscos causados pelo uso prolongado de hormônios femininos, medicamentos e drogas. Busca-se então estabelecê-la como foco de atenção à saúde mental visando o desenvolvimento social e superação das vulnerabilidades individuais e coletivas (DEVIDES, 2018).

Entretanto, em consequência de barreiras estruturais, o acesso e a oferta insuficiente de serviços específicos no SUS, simultaneamente à exigência de condições e/ou critérios que não contemplam distintas necessidades, e considerando que as diversas pessoas travestis desejam diferentes intervenções no decorrer do processo de transição, muitos procedimentos de mudança corporal, contraindicados pela medicina, ou mesmo alguns dos que fazem parte do

pacote regulamentado, continuam a serem realizados fora dos serviços de saúde por pessoas não habilitadas a despeito da regulamentação do Processo Transexualizador (ANDRADE, 2017).

1.5 Justificativa/ Hipótese

A atual conjuntura brasileira nos mostra a necessidade de se debater acerca da diversidade sexual, uma vez que o grupo LGBTT, em específico nesse estudo sobre as travestis, sofre no cotidiano com a violência em função de suas identidades de gênero e/ou orientações sexuais. Em relação aos estudos referentes às travestis, encontra-se em maior quantidade atrelados à investigação acerca do HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), sendo reflexo do preconceito nas produções acadêmicas e de desvalorização de aspectos culturais (SOUSA; FERREIRA; SÁ, 2013).

O interesse pela temática surgiu mediante a vivência e atuação na saúde coletiva, no percurso da formação acadêmica em Enfermagem. Investigações científicas sobre a violência em identidades travestis em território nacional apresentam caráter de urgência com o intuito de se apreender os aspectos que lhes respaldam e submetem a uma cultura de agressividade e morte.

Como hipóteses defende-se que: 1) As travestis vivenciam no contexto familiar e social, violência física e/ou sexual; 2) As travestis vivenciam no contexto familiar e social, violência verbal e/ou psicológica. Nesse sentido, com o intuito de subsidiar informações à comunidade acadêmica e movimentos sociais para o alcance da erradicação da violência entre travestis, em nível nacional, com rigor científico, questiona-se: Quais os fatores associados à violência entre as travestis no Brasil? Quais as principais situações de violência no âmbito familiar e social vivenciadas no cotidiano das travestis?

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Descrever os fatores associados às violências perpetradas contra travestis no contexto familiar.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar violências psicológica, sexual e física perpetradas contra travestis no contexto familiar.
- Estimar os fatores associados as violências perpetradas contra travestis no contexto familiar.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de estudo

O tipo de estudo foi transversal, de abordagem quantitativa e integrou o projeto intitulado “Igualdade, Saúde, Tolerância: construindo pontes no Universo das Travestis, Transexuais e Transgêneros”, desenvolvido no Doutorado em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos em 2016.

3.2. População e Amostra

No estudo maior, a população foi composta por travestis, transexuais compreendidas por mulheres transexuais e homens trans e os transgêneros referente às drags e transformistas, contabilizando 1.068 sujeitos.

Para o cálculo amostral foi utilizado a fórmula extraída do artigo “A lógica da determinação do tamanho da amostra em investigações epidemiológicas” de Luiz e Magnanini (2000, p.15).

$$n = Z_{\alpha/2}^2 \frac{P(1 - P)}{\varepsilon^2}$$

Onde:

n: amostra a ser encontrada

$Z_{\alpha/2}^2$: significa o valor de 95%, ou seja, 1,96

P: prevalência de 50% para populações desconhecidas, ou seja, 0,50

ε^2 : Erro esperado, utilizado pelo estudo de 3%, ou seja, 0,03

Calculando ficaria:

$$n = \frac{(1,96)^2 \times 0,50 \times (1 - 0,50)}{(0,03)^2}$$

$$n = ((1,96)^2 \times 0,50 \times (1 - 0,50)) / ((0,03)^2)$$

$$n = 1,067$$

Como ajuste amostral em relação a perdas e recusas amostra ficou.

$$n_{final} = (amostra\ prevista) + 30\ \% (Perdas\ e\ recusas)$$

$$n = 1,067 + 320 = 1,387\ participantes$$

Ao final da coleta de campo, o estudo teve a seguinte amostra final

$$n_{final} = n_{encontrada} - (Perdas) - (Critérios de exclusão)$$

$$n = 1,492 - 420 - 4$$

n final = 1068 participantes no estudo

Poder: 1 %

3.3. Coleta de Dados

Para realização da coleta de dados, utilizou-se da Rede Social *Facebook*, sendo construída uma página da pesquisa, financiada com a verba recebida da Bolsa CAPES, modalidade doutorado de um dos autores, realizada no período de fevereiro a abril de 2017, sendo uma amostra caracterizada por conveniência (Figura 1).



Figura 1: Esquema de divulgação nas Redes Sociais (Facebook).

3.4. Instrumento de coleta de dados

Para coleta de dados, foi utilizado o instrumento já estruturado do estudo anterior (ANEXO 3), composto por 49 questões, sendo 30 fechadas e 2 perguntas abertas, correspondentes à cidade de nascimento e moradia. O instrumento foi organizado por três etapas (A, B, C), sendo a etapa A referente às questões sobre a identidade, tais como a idade, cidade de moradia, cidade de nascimento, escolaridade, a etapa B sobre a vida, escola, família, aceitação, violências, família com foco em problemas de saúde e a parte C sobre os estabelecimentos de saúde abordando a discriminação, tratamentos, entre outros.

3.5. Pré-teste

O questionário (ANEXO 3) na versão online foi testado no final de janeiro de 2017, pela Coordenadora Executiva Taiane Miyake de Carvalho, da Comissão Municipal da Diversidade Sexual de Santos, no estado de São Paulo, Brasil, com atuação também na militância por 25 anos, travesti e Agente de Prevenção Voluntária - projeto LGBT. Deste modo, foram realizadas as alterações necessárias no instrumento para início da coleta de dados.

3.6. Recebimento das Entrevistas

O uso do formulário Google e do uso do link protegido Google URL Shortener permitiram o recebimento das entrevistas com segurança em tempo real ao e-mail do pesquisador, gerando um banco de dados com as respectivas entrevistas.

No presente estudo foi utilizada a subamostra de 672 travestis, partindo do princípio de investigação acerca das vivências familiares e suas amostras de violência no cotidiano deste público tão violentado no contexto social.

3.7. Critérios de inclusão

Para participar do presente estudo foram considerados os seguintes critérios de inclusão: 1) Se identificar como Travesti; 2) Ter vivenciado processos de violência em virtude da revelação de sua identidade de gênero.

3.8. Variáveis do Estudo

Nesta seção, são apresentadas as variáveis utilizadas no desenvolvimento do presente estudo. O estudo incluiu para análise as principais variáveis encontradas nas etapas A e B do instrumento (ANEXO 3), sendo a **etapa A** referente às questões sobre a identidade, tais como sexo de nascimento, idade, raça/cor, estado civil, religião, escolaridade e orientação sexual e a **etapa B** sobre aceitação familiar, dificuldade de assumir, violência familiar e profissão. Por meio da questão sobre aceitação familiar, foi possível criar uma variável que descrevia o fato de o entrevistado ter sido expulso de casa e sobre a variável profissão, foi possível realizar uma nova classificação: prostituição.

3.8.1 Descrição das Variáveis

3.8.1.1 Classificação da Variável Dependente

Como o estudo objetivou estimar os fatores associados a violência vivenciadas pelas travestis no âmbito familiar, a nossa variável dependente foi o tipo de violência sofrida, sumarizada com a questão: “Você sofreu algum tipo de violência, devido ter se assumido para a família?”, uma divisão em duas categorias:

- a) ***Sofreu Nenhuma Violência x Sofreu Violência Física ou Sexual:*** Classificado através das entrevistadas que relataram não ter sofrido nenhum tipo de violência ao assumir a sexualidade para família *versus* as que relataram terem sofrido alguma violência com contato físico ao assumir a sexualidade para família, ou seja, que responderam ter sofrido violência física e/ou violência sexual.
- b) ***Sofreu Nenhuma Violência x Sofreu Violência Psicológica ou Verbal:*** Classificado através das entrevistadas que relataram não ter sofrido nenhum tipo de violência ao assumir a sexualidade para família *versus* as que relataram terem sofrido alguma violência ao assumir a sexualidade para família, mas que não acarretou em contato físico. Ou seja, que responderam ter sofrido violência verbal e/ou violência psicológica.

3.8.1.2. Classificação das Variáveis Independentes

- ***Sexo de nascimento*** – Classificado conforme as seguintes categorias: *Masculino* e *Feminino*.
- ***Faixa etária*** – As idades das entrevistadas foram agrupadas em três categorias: entre 18 e 24 anos de idade; entre 24 e 29 anos de idade; e acima de 29 anos de idade.
- ***Raça/Cor:*** Classificados conforme indicações do IBGE: *Amarela, Branca, Preta, Parda, Indígena*.
- ***Estado Civil:*** Para esta variável foram utilizadas as seguintes categorias: Solteiro; casada ou união estável; separado ou viúvo.
- ***Religião:*** Para uma melhor análise em cima desta variável, foi reclassificado conforme as seguintes categorias: *Cristã*, formados pelos que responderam serem católicos ou evangélicos; *Ateu*, para aqueles que indicaram não possuir nenhuma religião; *outros*,

que inclui todas as outras categorias citadas (Candomblé, Espírita Kardecista, Umbanda e outros).

- **Escolaridade:** Nesta variável, como houve um percentual alto na resposta de “não terminou os estudos”, e assim dificultando a identificação da escolaridade, achou melhor considerar todos aqueles que não tinham até o momento completado o segundo grau como *Não terminei os estudos*. Logo em seguida, foram considerados: *Ensino Médio Completo, Ensino Técnico Incompleto, Ensino Técnico Completo, Superior Incompleto e Superior Completo*. Este último, engloba também todas as outras categorias, como Especialização, Mestrado e Doutorado.
- **Orientação Sexual:** Classificado conforme as seguintes categorias: *Heterossexual, Homossexual, Bissexual e Assexual (não tem relações sexuais)*.
- **Aceitação Familiar:** Na pergunta que correspondia a aceitação familiar “Entre as opções abaixo, qual você se identifica sobre a aceitação familiar?”, visto que existia várias categorias de resposta, decidiu classificar em: *SIM* (todos aqueles que responderam “Meus pais aceitaram”); *NÃO* (para todos que responderam “Meus pais não aceitaram”, “Fui expulsa de Casa” e as que marcaram na categoria “Outros”, tiveram como resposta complementar a não aceitação de algum familiar); *Aceitação Parcial* (foram considerados todos que responderam que um dos parentes aceitou e o outro não); *Não Sabem* (para os que responderam não ter ainda informado a família).
- **Foi expulsa de casa:** Essa variável foi construída através da pergunta “Entre as opções abaixo, qual você se identifica sobre a aceitação familiar?” Existente no instrumento, onde dentro das respostas possíveis é possível encontrar a que afirmava ter sido expulsa de casa, além dos casos que respondiam em “Outros”, também argumentavam ter sido expulsa de casa. Como se tratava de uma informação de grande relevância decidiuciar essa nova variável, classificando em *SIM* àqueles que responderam ter sido expulsa e *NÃO* para aqueles que em nenhum momento indicaram ter sido expulsa.
- **Profissão:** Essa variável foi construída por meio da pergunta “Em qual área ou profissão você trabalha?” existente no instrumento, onde dentro das respostas possíveis é possível encontrar 13 opções e um espaço em branco para profissões não apresentada nas alternativas. Como se tratava de uma informação com grande variedade de resposta, classificou-se posteriormente as profissões mais prevalentes para análises subsequentes.
- **Prostituição:** A partir da pergunta “Em qual área ou profissão você trabalha?” também foi possível realizar uma nova classificação. Como se tratava de uma informação de

grande relevância decidiu-se criar essa nova variável, classificando em *SIM* àquelas que responderam realizar atividades na área da prostituição (profissionais do sexo, cafetinas e prostituição como fonte complementar de renda) e *NÃO* para aquelas que praticam outras atividades laborais.

No processo de escolha das variáveis, levou-se em conta resultados de outros estudos regionais, nacionais e internacionais com a mesma temática. No que se refere ao *sexo de nascimento*, buscou-se investigar a maneira como os sujeitos se identificam no âmbito do gênero, apontando a construção variável da identidade, independentemente do sexo biológico, dando visibilidade e força a não necessidade de estabilidade ou permanência da sexualidade (BUTLER, 2010). Ao mesmo tempo em que revela o estigma social pela não-aceitação/reconhecimento da comunidade do processo de escolha do gênero de identificação em discordância com o sexo em diversos setores sociais gera a possibilidade de serem vítimas de situações vexatórias e de violência (SILVA *et al*, 2016).

Ainda de acordo com Silva *et al* (2016), no que concerne ao *estado civil*, a escolha pode sinalizar uma opção própria ou um meio de sobrevivência ao preconceito, como é no caso de assumir uma relação homoafetiva. A declaração de *raça/cor* também é fator relevante, pois podem corroborar com a necessidade de estudos que investiguem evidências associativas entre determinantes sociais, nesse caso o preconceito contra travestis e racismo, um dos principais fatores que acometem a sociedade e fator estruturador para inserção de outras formas de preconceito e discriminação (SILVA *et al*, 2016).

No que tange à *religião*, buscou-se investigar a existência de processos de espiritualidade e laço com algum tipo de religião. Vale ressaltar que algumas religiões não aceitam em seus dogmas e cultos a expressão de corpos dissidentes dos modelos hegemônicos de gênero e sexualidade e, por outro lado, em outras, as travestis e transexuais são plenamente aceitas e se tornam “espaços possíveis” de expressão de suas feminilidades (SILVA, 2009).

No âmbito da escolaridade, estudo realizado por Silva *et al* (2016) pôde enfatizar a evasão escolar precoce, já pelo entendimento de ter que enfrentar o preconceito e *bullying* escolar, seja pela violência transfóbica ou inadequação do planejamento pedagógico (CRUZ, 2011).

No que diz à *aceitação familiar e foi expulsa de casa*, um estudo realizado por Sousa *et al* (2015), travestis revelaram que as situações de agressão física e xingamentos se iniciam no contexto da família nuclear e após situações que envolvem a expulsão/rejeição da família ela vivenciam a saga de encontrar moradia, por vezes abrigando-se nas ruas.

3.10. Análises Estatísticas

Todas as variáveis foram descritas por meio de frequências absolutas e relativas. O teste de hipóteses utilizado para associação entre as variáveis categóricas foi o Qui-Quadrado de Pearson, que é aplicado a dados qualitativos para avaliar o quão provável é que qualquer diferença ocorra ao acaso. O teste tem como objetivo verificar se frequência absoluta observada de uma variável é significativamente diferente da distribuição da frequência absoluta esperada. Todas as variáveis estudadas (Sexo, Idade, Raça/Cor, Estado Civil, Religião, Escolaridade, Orientação Sexual, Dificuldade em Assumir Identidade, Aceitação Familiar, Expulso de Casa, Profissão e Prostituição) foram associadas com a variável de interesse “tipo de violência sofrida” com três categorias (Nenhuma violência. Violência psicológica e Violência física e/ou sexual). Por meio desse teste foram selecionadas as variáveis que apresentam $p < 0,10$ para o prosseguimento das análises, considerando o que foi marginalmente significativo.

Em seguida, para a análise dos fatores associados foi utilizada a regressão logística multinomial, que trata de um modelo de regressão logística que permite que a variável dependente apresente mais de duas categorias, as quais foram: “não sofreu nenhuma violência”; “violência verbal e/ou psicológica”; e “violência física e/ou sexual”. Na regressão logística multinomial, uma das categorias da variável dependente deve ser escolhida como referência (ausência do fenômeno), a fim de compará-la com as demais. No presente estudo a categoria de base foi “não sofreu nenhuma violência”.

Com isso, a regressão logística multinomial possibilitou determinar as razões de chance (*OddsRatio*) para cada modelo: Modelo 1 – *Sofreu Nenhuma Violência X Sofreu Violência Física ou Sexual* e Modelo 2 – *Sofreu Nenhuma Violência X Sofreu Violência Psicológica ou Verbal*. Também tornou oportuno avaliarmos o relacionamento de cada variável nas condições individuais (Modelo Bruto), como também avaliando essas variáveis em condições conjuntas (Modelo Ajustado). No modelo final foram mantidas as variáveis significativas. O nível de significância adotado foi 5%.

A estimação dos parâmetros em um modelo logístico multinomial, em geral, consiste na utilização do método de máxima verossimilhança, que busca maximizar a probabilidade de um evento ocorrer (Powers e Xie, 2000).

Hosmer & Lemeshow (2002) ilustram o processo para o caso em que a variável dependente possui três categorias (Y_0 , Y_1 e Y_2). Fixando uma das categorias, e interagindo com as outras. Representando a razão das chances (“*odds ratio*”) da saída $Y = j$ versus a saída $Y = 0$, para os valores da covariável em $x = a$ versus $x = b$.

Para a determinação do modelo ajustado, ou seja, o modelo ideal. Foi preciso verificar quais variáveis independentes estavam associadas em conjunto com a variável dependente. Para isso, foi utilizado o método de *stepwise*, onde consiste em adicionar e deletar uma variável de tal forma que o subconjunto candidato minimize o critério de informação observado.

3.11. Aspectos Éticos

O projeto integra a análise dos dados da pesquisa “*Igualdade, Saúde, Tolerância: construindo pontes no Universo das Travestis, Transexuais e Transgêneros*” de autoria de Junior Araújo Sousa (**ANEXO 1**).

O Projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS e ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas – IPECI em agosto de 2016, recebendo a aprovação em 13 de dezembro de 2016, sendo os dados da aprovação: CAAE60696716.5.0000.5536 e o número do parecer: 1.866.562.

4. RESULTADOS

Observou-se que uma maior proporção (95,98%) foi formada de pessoas do sexo masculino. Embora tenha havido uma distribuição diversificada da raça/cor autodeclarada, 34,97% dos indivíduos se autodeclararam brancos. Com relação ao estado civil, a maioria (73,36%) das travestis responderam estarem solteiras. Quanto à religião, 56,7% afirmaram ser de grupos de Umbanda, Candomblé, Espírita, Bruxaria ou Wicca, já 37,6% classificaram como Católicas ou Evangélicas. Para o caso da escolaridade, um fato notável foi que 68,6% das entrevistadas indicaram não ter concluído os estudos na educação básica.

Com relação à idade das travestis se verificou que a idade mínima informada foi de 18 anos, enquanto a idade máxima, 62 anos. Com média de 24 anos para as travestis, e um desvio padrão de 6,61 anos. As idades foram agrupadas em categorias para facilitar a implementação e interpretação dos fatores associados (tabela 1).

TABELA 01 Caracterização sócio demográfica das Travestis. São Paulo - SP. 2020. (n=672).

Variáveis Sócio demográficas	Travesti	
	n	%
Sexo		
Feminino	20	2,98
Masculino	645	95,98
Em Branco	7	1,04
Faixa etária		
18 - 24	375	55,80
24 - 29	170	25,30
>29	94	13,99
Em Branco	33	4,91
Raça/Cor		
Amarela	146	21,73
Branca	235	34,97
Indígena	60	8,93
Parda	79	11,76
Preta	107	15,92
Em Branco	45	6,70
Estado civil		
Casada ou união	109	16,22
Solteiro	493	73,36
Separado ou viúvo	28	4,17
Em branco	42	6,25

Religião

Católica	222	33,0
Evangélica	31	4,6
Espírita	80	11,9
Candomblé	177	26,3
Umbanda	121	18,0
Bruxaria	3	0,5
Ateu	10	1,5
Em Branco	28	4,2

Escolaridade

Não terminou os estudos	461	68,60
Ensino médio	111	16,52
Ensino técnico	30	4,46
Superior	25	3,72
Em branco	45	6,70

Nota: N – Frequência absoluta; % - Porcentagem. Em Branco – dados ausentes.

Com relação à orientação sexual, 68,01% responderam se considerar heterossexuais. Ao serem questionados “como foi para sair do armário? ”, 93,73% indicaram não ter sido tranquilo, 35,74% relataram ter sido complicado, 33,23% tiveram medo e 24,14% tiveram que enfrentar seus próprios preconceitos. Classificados como “Outros” foram 4 pessoas (0,6%) que não assumiram ou que fugiram de casa por sofrerem abusos.

Na pergunta sobre a aceitação da família, mais de 40% delas responderam que não foram bem aceitas pela família. No entanto, 43,15% indicaram que houve uma aceitação parcial, ou seja, alguém da família que reside com ela aceitou a sua sexualidade. Apenas 10,8% responderam que houve aceitação completa em casa sobre a sua identidade.

O fato interessante foi diante da pergunta sobre aceitação do familiar, pois a partir desta foi possível criar uma consideração acerca do estudo e a inserção de uma nova variável, onde 33,63% das entrevistadas relataram que chegaram a ser expulsas de casa por causa de sua identidade.

Aproximadamente 85,02% disseram que sofreram algum tipo de violência. Analisando o tipo de violência, 49,08% afirmaram ter sofrido violência física e 29,2% afirmaram que sofreram violência psicológica (tabela 2).

TABELA 02 Caracterização sobre a sexualidade das Travestis. São Paulo - SP. 2020. (n=672).

Características sobre a sexualidade	Travesti	
	n	%
Orientação Sexual		
Assexual	4	0,60
Bissexual	24	3,57
Heterossexual	457	68,01
Homossexual	153	22,77
Em Branco	34	5,06
Assumir identidade		
Tranquilo	40	6,27
Complicado	228	35,74
Enfrentar meus preconceitos	154	24,14
Teve medo	212	33,23
Em branco	34	5,06
Outros	4	0,60
Aceitação familiar		
Não teve	274	40,77
Sim, teve	73	10,86
Teve, parcialmente	290	43,15
Em Branco	35	5,20
Foi expulsa de casa		
Não	412	61,31
Sim	226	33,63
Em Branco	34	5,06
Violência familiar		
Não	98	14,98
Sim, psicológica	191	29,20
Sim, física	321	49,08
Sim, sexual	44	6,73

Nota: N – Frequência absoluta; % - Porcentagem; Em Branco – Dados ausentes.

Um terço das travestis entrevistadas se autodeclararam profissionais do sexo, além disso 1,3% se caracterizaram como cafetinas e 1,8% dividem a prostituição com outra área de trabalho. Na sequência, 9,2% eram a área de Arte, Desenho e Costura, 7,7% trabalhavam em salão de beleza, 6,7% exerciam trabalho autônomo, 6,3% em trabalhos domésticos, 6,1% em serviços de telemarketing e 5,8% como agentes de prevenção (tabela 3).

TABELA 3. Profissões das Travestis. São Paulo - SP. 2020. (n=672).

Profissões	Travesti	
	n	%
Não Trabalha	18	2,7
Profissional do Sexo	214	31,8
Cafetina	12	1,8
Prostituição e outras áreas	9	1,3
Salão de Beleza	52	7,7
Serviços Domésticos	42	6,3
Setor de Telemarketing	41	6,1
Arte/ Desenho / Costura	62	9,2
Agente de Prevenção	39	5,8
Serviços como autônomo	45	6,7
Área de Saúde	26	3,9
Área de Ensino	19	2,8
Área de Administração	14	2,1
Área de Alimentos	17	2,5
Merendeira	4	0,6
Setor Público	6	0,9
Serviço Rural	4	0,6
Turismo	3	0,4
Operadora de Caixa	3	0,4
Auxiliar de Limpeza	2	0,3
Setor de Shows em Boates	2	0,3
Tudo o que aparecer	9	1,3
Informática	2	0,3
Outras áreas	9	1,3
Em Branco	5	0,7

Nota: N – Frequência absoluta; % - Porcentagem. Em Branco – Dados ausentes.

Os resultados do teste Qui Quadrado de Pearson são apresentados nas Tabelas 04 e 05. Observou-se que a faixa etária apresentou associação marginalmente significativa ($p < 0,10$) com os tipos de violência, pois a maioria das pessoas entre 18 e 24 anos (58,74%) apresentaram ocorrência de violência física e/ou sexual.

A variável escolaridade associou-se significativamente com os tipos de violência, pois a maioria das pessoas que não terminaram os estudos (61,23%) sofreram violência física e/ou sexual.

Em relação a profissão, esta apresentou associação com os tipos de violência. Viu-se que maioria das profissionais do sexo (63,5%), trabalhadoras do setor de telemarketing (70%) e agentes de prevenção (65,8%) sofreram violência física e/ou sexual. O fato de as travestis se ocuparem com a prostituição como primeira ou segunda fonte de renda também se relacionou com a violência. A maior parte das travestis que se prostituem (63,5%) já sofreram violência física e/ou sexual.

TABELA 04 Teste de associação entre a violência familiar e as variáveis Sociodemográficas.

Cruzamento da dependente com as independentes - qui quadrado - n total da violência = 654		Nenhuma violência		Psicológica		Física/sexual		P
		n	%	n	%	n	%	
Sexo (n=647)	Feminino	2	13,33	4	26,67	9	60,00	0,934
	Masculino	96	15,19	187	29,59	349	55,22	
Faixa etária (n=622)	18- 24	47	12,84	104	28,42	215	58,74	0,071
	24- 29	26	15,66	55	33,13	85	51,20	
	>29	21	23,33	21	23,33	48	53,33	
Raça/Cor (n=614)	Branca	32	13,73	60	25,75	141	60,52	0,765
	Preta	15	14,85	31	30,69	55	54,46	
	Parda	13	16,88	25	32,47	39	50,65	
	Outras	30	14,78	63	31,03	110	54,19	
Estado civil (n=616)	Casada ou união	17	16,04	29	27,36	60	56,60	0,982
	Solteiro	72	14,94	143	29,67	267	55,39	
	Separado ou viúvo	5	17,86	8	28,57	15	53,57	
Religião (n = 644)	Cristão (católico/evangélica)	38	15,38	69	27,94	140	56,68	0,682
	Ateu	1	10,00	5	50,00	4	40,00	
	Outros	56	14,93	110	29,33	209	55,73	
Escolaridade (n = 630)	Não terminou os estudos	49	10,79	127	27,97	278	61,23	<0,001
	Ensino médio	26	23,64	40	36,36	44	40,00	
	Ensino técnico	9	30,00	11	36,67	10	33,33	
	Superior	8	34,78	7	30,43	8	34,78	
Orientação Sexual (n = 621)	Assexual	0	0,0	1	33,3	2	66,7	0,188
	Bissexual	2	8,3	8	33,3	14	58,3	
	Heterossexual	70	15,5	120	26,6	261	57,9	
	Homossexual	17	11,9	55	38,5	71	49,7	
Profissão (n = 253)	Profissionais do Sexo	25	10,9	59	25,7	146	63,5	0,005
	Salão de beleza	6	11,5	18	34,6	28	53,8	
	Doméstica	5	128	11	28,12	23	59,0	
	Telemarketing	2	5,0	10	25,0	28	70,0	
	Agente de Prevenção	3	7,9	10	26,3	25	65,8	
	Arte	14	22,6	20	32,3	28	45,2	

	Outras	42	21,9	63	32,8	87	45,3	
Prostituição (n = 653)	Não	72	17,0	132	31,2	219	51,8	0,011
	Sim	25	10,9	59	25,7	146	63,5	

A respeito das características familiares, apresentaram associação significativa com violência física e/ou sexual e psicológica as variáveis aceitação familiar ($p=0,001$) e expulso de casa ($p=0,001$). Uma variável que se associou de forma marginalmente significativa foi “Assumir identidade”. Entre as participantes que tiveram medo de assumir para família e/ou amigos, 59,1% sofreram violência física e/ou sexual.

A variável “Aceitação familiar” também foi importante por se associar com a violência sofrida. Verificou-se que a maior parte das participantes que não tiveram aceitação (63,1%) sofreram violência física e/ou sexual. Por outro lado, a maioria das travestis que tiveram aceitação da família (79,2%) não sofreram nenhuma violência.

O fato de ser expulsa de casa associou-se significativamente com o tipo de violência sofrida. A maioria das travestis que foram expulsas (70,5%) sofreram violência física e/ou sexual.

TABELA 05 Teste de associação entre a violência familiar e características familiares da amostra.

Cruzamento da dependente com as independentes - qui quadrado - n total da violência = 654		Nenhuma violência		Psicológica		Física/sexual		P
		n	%	n	%	n	%	
Assumir Identidade (n = 614)	Tranquilo	12	31,6	7	18,4	19	50,0	0,062
	Complicado	31	14,8	63	30,0	116	55,2	
	Enfrentar preconceitos	21	13,9	50	33,1	80	53,0	
	Ter medo	25	11,6	63	29,3	127	59,1	
Aceitação Familiar (n = 629)	Não Teve	30	11,2	69	25,7	169	63,1	< 0,001
	Sim, Teve	57	79,2	6	8,3	9	12,5	
	Teve Parcialmente	8	2,8	112	38,8	169	63,1	
Expulso de Casa (n = 647)	Não	81	19,9	142	33,3	204	47,8	<0,001
	Sim	16	7,3	49	22,3	155	70,5	

Ao serem eliminadas as variáveis que apresentaram p-valor maior que 10%, averiguou-se, por meio do teste de verossimilhança que os fatores considerados importantes para o modelo foram: Idade, Escolaridade, Aceitação Familiar, Expulso de Casa, Profissão e Prostituição. Devido ao fato de que as variáveis aceitação familiar e Expulso de casa estarem muito

associadas [$X^2(2) = 92,71$; $p < 0,001$] e serem provenientes da mesma questão, selecionou-se a variável “Expulso de casa”.

O Pseudo- R^2 de Nagelkerke obtido foi de 0,658, ou seja, 65,8% da variação da variável dependente junto aos fatores adotados nesta análise puderam ser explicados pelo modelo de regressão logística multinomial obtido. Deve-se levar em consideração de que a medida é um Pseudo- R^2 , podendo não refletir integralmente o poder explicativo total das variáveis independentes.

Fatores Associados às Violências Psicológica, Física e/ou sexual

Os resultados da regressão logística multinomial, apresentados na tabela 06, mostraram que a variável *Idade* é um fator relevante na determinação da violência familiar tanto no Modelo Bruto quanto no Modelo Ajustado. A probabilidade de ocorrer violência psicológica é mais elevada ($OR = 2,12$) nas idades mais baixas (entre 18 e 24 anos de idade) no modelo bruto, e mais elevada em idades entre 18 e 24 anos ($OR = 2,49$) e entre 24 e 29 anos ($OR = 2,66$).

Os valores de *OddsRatio* da variável *Escolaridade*, para ambos os modelos (Bruto e Ajustado), sugeriram que à medida que travestis investem em capital humano por meio da qualificação nos estudos, maiores são as chances de não virem a sofrer esse tipo de violência, já no modelo Bruto, pessoas que não terminaram os estudos possuem maior ($OR = 2,96$) probabilidade de sofrer violência psicológica, enquanto que no Modelo ajustado essa probabilidade foi significativamente maior em pessoas com Ensino Técnico ($OR = 3,43$).

As medidas obtidas para a variável *Assumir Identidade* sugeriram que a violência psicológica está intimamente relacionada com a maneira que as travestis se assumem para família e para sociedade. Tanto no Modelo Bruto quanto no Modelo Ajustado, travestis que acham complicado, sentem medo ou enfrentam preconceitos apresentaram chances entre quatro e cinco vezes maior de sofrerem violência psicológica, quando comparadas àquelas que acharam tranquilo. De fato, no ajustamento do primeiro modelo foi possível perceber, por exemplo, que a probabilidade de que alguma travesti sofra violência psicológica é 5,66 vezes maior para aquelas que sentem medo de assumir sua identidade. A porcentagem de travestis que afirmou ser tranquilo assumir sua identidade foi aproximadamente 6,27%. A maioria achou complicado e teve medo, totalizando juntos mais de 68% do total de entrevistados.

TABELA 06 Fatores associados à violência psicológica segundo o modelo de regressão logística multinomial.

		Nenhuma Violência x Violência psicológica					
Variáveis		Modelo Bruto			Modelo Ajustado		
		OR	IC(95%)	P	OR	IC(95%)	p
Idade	18 - 24	2,12	(1,1;4,4)	0,025	2,49	(1,2;5,2)	0,017
	24 - 29	2,11	(0,9;4,5)	0,055	2,66	(1,2;6,1)	0,02
	>29	1			1		
Escolaridade	Não terminou os estudos	2,96	(1,1;8,6)	0,046	2,03	(0,5;7,2)	0,274
	Ensino médio	1,75	(0,5;5,4)	0,327	2,04	(0,4;9,1)	0,349
	Ensino técnico	1,39	(0,4;5,3)	0,626	3,43	(1,0;11,3)	0,043
	Superior	1			1		
Assumir identidade	Tranquilo	1			1		
	Complicado	4,71	(1,8;12,6)	0,002	4,90	(1,7;13,8)	0,003
	Enfrentar preconceitos	5,19	(1,8;14,4)	0,002	5,50	(1,9;16,1)	0,002
	Teve medo	5,66	(2,1;15,4)	0,001	5,36	(1,9;14,5)	0,002
Expulso de casa	Não	1			****	****	
	Sim	1,75	(0,9;3,3)	0,08	****	****	
Profissão	Profissional do Sexo	1,57	(0,8;2,9)	0,145	1,43	(0,6;2,7)	0,325
	Salão de Beleza	2,00	(0,7;5,4)	0,176	1,40	(0,4;4,1)	0,544
	Doméstica	1,46	(0,4;4,5)	0,505	1,31	(0,3;4,6)	0,670
	Telemarketing	3,33	(0,6;15,9)	0,132	4,71	(0,5;39,7)	0,154
	Agente de Prevenção	2,22	0,5;8,5)	0,246	1,61	(0,4;7,9)	0,372
	Arte	0,95	(0,4;2,0)	0,903	0,70	(0,2;1,7)	0,437
	Outras	1		1			
Prostituição	Não	1		1	****	****	
	Sim	1,28	(0,7;2,2)	0,367	****	****	

Os resultados da regressão logística multinomial, apresentados na tabela 07, mostraram que em relação à violência física e/ou sexual, há maior probabilidade de ocorrer em idades mais jovens (entre 18 e 24 anos) no modelo bruto (OR = 2,00) e no ajustado (OR = 2,44). Ou seja, a regressão logística proposta sugeriu que a cada vez que uma travesti envelhece, a chance de ela não vir a sofrer algum tipo de violência tende a aumentar.

De maior gravidade, a probabilidade de sofrer violência física e/ou sexual foi maior em pessoas que não terminaram os estudos no modelo bruto (OR = 5,67) e no modelo ajustado (OR = 2,03). Além disso, no modelo ajustado também se observou chances significativamente maiores de violência física e/ou sexual em pessoas com Ensino Técnico (OR = 7,75). Foi

possível perceber que a maior parte dos indivíduos pesquisados não terminou a educação básica. Apenas 3,72% possuem ensino superior completo. Esta condição está intimamente relacionada com a violência familiar, seja ela psicológica ou física.

As medidas obtidas para a variável *Assumir Identidade* sugeriram que a violência física e/ou sexual está intimamente relacionada com a maneira que as travestis se assumem para família e para sociedade. Tanto no Modelo Bruto quanto no Modelo Ajustado, travestis que acham complicado, sentem medo ou enfrentam preconceitos apresentaram chances três e quatro vezes maior de sofrerem violência física e/ou sexual, quando comparadas àquelas que acharam tranquilo.

Com relação à variável *Expulsa (a) de casa*, os modelos sugeriram que a chance de uma travesti que foi expulsa de casa sofrer violência física e/ou sexual é superior com relação a não sofrer violência familiar. Especificamente, evidências mostram que a chance de uma travesti que foi expulsa de casa sofrer violência física e/ou sexual é quase 3,96 vezes maior do que aquelas que tiveram alguma aceitação familiar no modelo bruto e 3,09 vezes maior no modelo ajustado. Uma porcentagem significativa das travestis pesquisadas foi expulsa de casa, totalizando aproximadamente 33,63% do total.

A respeito da variável *Profissão*, o primeiro modelo sugeriu que as travestis que trabalham como profissionais do sexo apresentaram maiores chances de sofrerem violência física e/ou sexual (OR = 2,81). Além disso, as profissões como telemarketing (OR = 6,75) e Agente de prevenção (OR = 4,02) também apresentaram probabilidades significativas. Entretanto, após a inclusão do modelo ajustado, nenhuma das profissões não exerceu influências significativas nos tipos de violência. De fato, percebeu-se que na amostra pesquisada a maioria das profissionais do sexo (65,8%), das que trabalham no setor de telemarketing (70%) e das agentes de prevenção (63,5%) sofreram violência física/sexual.

Entre as travestis que participaram de atividades de prostituição como primeira ou segunda fonte de renda, houve uma probabilidade 1,92 vezes maior de sofrerem violência física/sexual quando comparadas àquelas que realizam outras ocupações no modelo bruto.

TABELA 07 Fatores associados à violência física e/ou sexual segundo o modelo de regressão logística multinomial.

Variáveis		Nenhuma Violência x Violência Física e/ou sexual					
		Modelo Bruto			Modelo Ajustado		
		OR	IC(95%)	p	OR	IC(95%)	p
Idade	18- 24	2,00	(1,1;3,6)	0,024	2,44	(1,2;4,8)	0,01
	24- 29	1,43	(0,7;2,8)	0,299	1,91	(0,9;4,1)	0,098
	>29	1			1		
Escolaridade	Não terminou os estudos	5,67	(2,0;15,8)	0,001	2,78	(0,8;10,1)	0,117
	Ensino médio	1,69	(0,5;5,0)	0,346	1,85	(0,4;8,5)	0,429
	Ensino técnico	1,11	(0,3;4,2)	0,877	7,75	(2,3;25,9)	0,001
	Superior	1			1		
Assumir identidade	Tranquilo	1			1		
	Complicado	3,39	(1,6;7,3)	0,002	3,80	(1,6;9,2)	0,003
	Enfrentar preconceitos	3,06	(1,3;6,9)	0,007	3,49	(1,4;8,8)	0,008
	Teve medo	4,04	(1,8;8,9)	0,001	4,04	(1,6;9,9)	0,002
Expulso de casa	Não	1			1		
	Sim	3,96	(2,2;7,1)	<0,001	3,09	(1,6;5,8)	0,001
Profissão	Profissional do Sexo	2,81	(1,6;4,9)	<0,001	1,51	(0,7;3,0)	0,229
	Salão de Beleza	2,25	(0,8;5,8)	0,096	1,30	(0,4;3,6)	0,612
	Doméstica	2,22	(0,7;6,2)	0,131	1,60	(0,4;5,2)	0,431
	Telemarketing	6,75	(1,5;29,7)	0,011	7,70	(0,9;61,1)	0,053
	Agente de Prevenção	4,02	(1,1;14,0)	0,029	2,61	(0,6;10,1)	0,164
	Arte	0,96	(0,4;2,0)	0,926	0,62	(0,2;1,4)	0,285
	Outras	1			1		
Prostituição	Não	1			****	****	
	Sim	1,92	(1,1;3,1)	0,010	****	****	

5. DISCUSSÃO

O estudo evidenciou que os fatores associados a sofrer qualquer tipo de violência estão relacionados com a idade dos sujeitos, demonstrando que há maior probabilidade de violências entre aquelas mais jovens; com escolaridade em nível técnico e que tiveram dificuldades em assumir sua identidade. Além disso, quando se trata de violência física e/ou sexual, o estudo apresentou maior ocorrência do evento quando houve relato de expulsão de casa.

No tocante a prevalência da violência na família, estudos (VENTURI; BOKANY, 2011; SOUSA; FERREIRA; SÁ, 2013; SILVA; SOUZA; SENA; MOURA; SOBREIRA; MIRANDA, 2016;) tem demonstrado aumento no decorrer dos anos, respectivamente em 5% em 2011, 41% em 2013 e 47,3% em 2016. Corroborando com os nossos achados, Berril e Herek (1990) explicam que as pessoas sofrem de diferentes e incontáveis formas de violências, preconceito e discriminação, sendo inclusive expulsas de casa, quando a orientação sexual e a identidade ou expressão de gênero são reveladas.

Segundo dados do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no ano de 2018 quase metade das mulheres travestis que foram vítimas de agressões físicas tinha entre 14 e 29 anos, sendo 49% destas agressões ocorridas dentro da residência das vítimas, onde 54% eram negras (BRASIL, 2018). Nesse sentido, o Estado, nas suas três esferas, tem por obrigação assegurar, prevenir, proteger, reparar e promover políticas públicas que busquem sempre a afirmação dos Direitos Humanos para toda sociedade, adotando-se ações coercitivas a todas as modalidades de preconceito, discriminação, intolerância ou violência motivada por diversos aspectos, dentre estes, a orientação sexual.

A realidade das travestis do estudo expõe situações de vulnerabilidades a atos de violência perpetrados no cotidiano familiar, que as emergem em processos de sofrimento psicológico e físico reiterados nos espaços familiar. Esse cenário é provocativo no sentido de distanciar essa população de oportunidades de emprego, renda e moradia, outro exemplo se dá pela busca da conclusão dos estudos, de boas profissões, visto que o contexto onde estão inseridas e os processos de discriminação e preconceito sofridos dificultam o exercício de cidadania plena, o acesso a atividades laborais economicamente produtivas e o possível melhoramento das condições de vida. Esta dificuldade no acesso à educação e profissional pode induzir a busca por trabalhos como Profissional do sexo (PERES, 2009; CÂMARA, 2017; DEVIDES, 2018).

No que concerne à faixa etária e a maior chance de sofrer todos os tipos de violência, pode ser explicado pelo fato delas iniciarem seu processo de descoberta da sexualidade e de reconhecimento do gênero na adolescência, quando as escolhas e mudanças corporais se tornam conhecidas primeiramente pelos familiares. Quando não há aceitação da identidade de gênero no ambiente familiar, observa-se o início do processo de discriminação, preconceito e atos de crueldade, incluindo insultos, tratamentos compulsórios, humilhação, agressão física e até a expulsão do lar (MOTT, CERQUEIRA, ALMEIDA; 2002).

Nesse contexto, o dossiê do ano de 2018 apresentado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) apontou que 60,5% das vítimas de assassinatos por crime de violência transfóbica tinham entre 17 e 29 anos, com estimativa de idade média de 26,4 anos, ratificando os dados desse estudo, de que quanto mais jovem, mais expostas e propensas às violências nos espaços sociais e familiar.

Em relatório sobre Violência LGBTFóbicas no Brasil, os dados acerca das violências registradas no Disque 100 corroboram com nosso estudo, onde no ano de 2018, 60% das denúncias eram provenientes de travestis que apresentavam entre 18 e 30 anos no dia da ocorrência (Brasil, 2018). Em outro estudo (Silva, 2016), realizado no nordeste brasileiro, observou-se também maior violência (75%) em travestis jovens, com idade entre 18 e 30 anos, que reforçam o sofrimento vivenciado desde cedo por esta população. Estes achados demonstram que o sofrimento persiste no contexto familiar, causando, danos severos às travestis, no âmbito da saúde mental. No caso das jovens travestis, a discriminação e o preconceito potencializam a vulnerabilidade às violências a que elas normalmente estão expostas (UNICEF, 2011).

Já no estudo conduzido por Facchini & França (2013), o qual por meio de entrevistas em profundidade realizadas com os participantes dos eventos do Orgulho LGBTT, em São Paulo, no ano de 2009, a violência física, no contexto familiar, se distinguiu de acordo com o gênero dos participantes. A violência física sofrida por travestis esteve concentrada no período da infância, atos justificados pelos familiares por entenderem que as travestis, desde a infância, apresentavam comportamentos entendidos como inadequados em termos de gênero, ou seja, na base do preconceito e dos atos discriminatórios encontra-se o pressuposto de que é necessário que o sujeito se adapte à heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003).

Os dados citados acima corroboram com os nossos achados, podendo afirmar que a violência contra as travestis de fato, se insere no seio familiar, desde muito cedo, antes medo

da adolescência, convivendo em ambientes familiares hostis e vexatórios, vivenciando episódios de medo, angústia e ansiedade, uma vez que se sentem socialmente diferente da perspectiva que precisam representar diante dos pais, já conhecendo desde a infância, o preconceito e a discriminação.

Vale ressaltar que as jovens travestis têm por primeiro referencial a família, cenário onde buscam abrigo e segurança parental. Assim, espera-se receber dos pais o acolhimento, participação e respeito nas escolhas de vida que os filhos optam. Em sentido contrário ao que as filhas travestis anseiam, o que se encontra nesse período é hostilidade e uma busca incessante em (re) enquadrar o sujeito, por meio de mecanismos violentos, a parâmetros binários e naturalizados de exercício da sexualidade. (PERUCCHI, 2014).

Nesse sentido, de acordo com Oliveira (2013), a família é instituição onde a violência se faz bastante presente devido ao grande índice de violações de direitos humanos e sexuais e/ou negligências cometidas no seio familiar. Há uma busca por ensinar e educar sexualmente seus filhos antes mesmo dos seus primeiros dias de vida com bases em seus órgãos genitais de nascimento. No seio familiar, as travestis vivenciam situações de opressão e discriminação desde quando suas escolhas e mudanças corporais começam a se tornar conhecidas. A descoberta da sexualidade é o momento no qual convivem com surras, insultos e diversos tipos de rejeição familiar (SOUZA *et al.*, 2015).

Percebe-se ainda que a família, quando não toma uma atitude violenta para com as filhas travestis, tenta reprimir as vivências homoeróticas de seus filhos, fazendo uso do silêncio, preferindo esconder e não encarar a realidade, dando espaço a situações cotidianas e sutis de humilhações e constante discriminação em que esta população está submetida, estando sob o mesmo teto que a família de origem (PERUCCHI, 2014).

Em relação à escolaridade, os dados da pesquisa demonstram que proporções relevantes das participantes não terminaram os estudos, o que parece estar relacionado ao preconceito e discriminação vivenciados no cotidiano familiar, uma vez que a maioria destes sujeitos, afirmaram terem sofrido violência física e/ou sexual. Este fato pode contribuir para processos de sofrimento mental e exclusão social, com consequente abandono do espaço escolar, pois este, por vezes, é cenário de continuidade para vivências de violência, a partir de atos de preconceito e discriminação (SILVA, 2016).

Em nossa pesquisa, as travestis que possuíam nível técnico apresentaram maior chance de vivenciar todos os tipos de violência, o que pode nos levar a inferir que possuir até esse grau

de instrução é um fator que não possibilita os sujeitos terem, saberes necessários para lutarem por seus direitos, conhecimento necessário para identificar atos de violência, inclusive as de caráter verbal / psicológico, entendimento sobre o acesso a órgãos de defesa e busca de garantias constitucionais de proteção a grupos minoritários.

Dessa forma, cabe inferir ainda que a violência perpetrada inicialmente na família reverbera na vida social das travestis, que desestabilizadas psicologicamente e socialmente, não conseguem estímulos para conviver e sobreviver ao universo da escola, que por si só é preconceituoso e discriminatório, optando assim pelo abandono dos estudos, de forma precoce. Além disso, o abandono pode estar relacionado com a necessidade de conseguir uma ocupação, tendo em vista a manutenção financeira, após expulsão de casa.

Nesse sentido, é de extrema importância o apoio da família para a sobrevivência física e psíquica das travestis, tendo um papel relevante no desenvolvimento psicossocial das mesmas, especialmente no período da adolescência, no que se refere à transmissão de informações acerca da sexualidade, assim como na constituição quanto à identidade de gênero, sendo assim um referencial que favorece práticas e hábitos mais saudáveis, tais como estudar, trabalhar, a não utilização de drogas e a adoção do sexo protegido (Campos, Tilio & Crema, 2017).

Dessa forma, outros estudos (Lombardi, 2009; Cruz, 2011; Bradford *et al*, 2013; Silva *et al*, 2016) corroboram com nossos achados, onde a maioria das travestis possuía baixo nível de escolaridade, o que vale destacar que essa prevalência se configura como potencializadora do processo de discriminação e violência, tendo em vista que o cenário se torna favorável para serem desconhecedoras de seus direitos, dificultando o acesso a políticas públicas e a inserção no mundo formal de trabalho, favorecendo o ingresso no mundo da prostituição, cenário onde a violência física/sexual predomina (Bonassi *et al* 2015; Silva, 2016).

Por outro lado, verificou-se que à medida que as travestis investem em processos de qualificação por meio dos estudos e elevam o grau de escolaridade, as chances de sofrerem atos discriminatórios e de violência caem consideravelmente (MULLER e KNAUTH, 2008).

No que se refere ao ato de assumir sua identidade, as travestis declararam se tratar de momento complexo e conturbado, com destaque em três respostas (*Complicado, Enfrentar meus próprios preconceitos e Ter Medo*), apresentando chances entre quatro e cinco vezes maior de sofrerem violência psicológica e chances entre três e quatro vezes maior de sofrerem

violência física e/ou sexual, quando comparadas àquelas que acharam tranquilo. Assim, tanto a violência física quanto a violência psicológica estão intimamente relacionadas com a maneira que as travestis se assumem para família e para sociedade e são acolhidas e aceitas.

Bento (2006) afirma que a partir da socialização primária, são originadas as estruturas das primeiras disposições duráveis, nomeadas por Bourdieu de '*habitus*' e atreladas à produção dos gêneros o autor intitula '*habitus* de gênero', consolidado nas instituições familiares, escolares e religiosas presentes na socialização primária. Com vistas a incorporar o '*habitus* de gênero' com que se identificam, e que é distinto do que lhes é atribuído, a busca por ajustes corporais que inibam ou minimizem os caracteres sexuais biológicos, iniciada na vida privada, nos espaços mais íntimos, torna-se, em algum momento, pública (BENTO, 2006).

Dessa forma, a expressão "sair do armário" é comumente utilizada para representar esse movimento de coletivização de uma identidade que até então mantinha-se escondida, sufocada pelas pressões sociais e como forma de defender-se da violência em função da identidade de gênero (Silva e Cerqueira-Santos, 2014). Em estudo realizado por Sousa *et al* (2016), os achados corroboram com nosso estudo, as travestis além de demonstrarem desconforto em falar sobre a família, revelaram que um dos momentos de maior tensão nas relações com seus familiares foi o da "revelação" aos pais, tornando mais frágil estas relações e potencializando os conflitos, quando as travestis se assumiram e se "montaram" (SOUSA et al, 2016).

Nessa perspectiva, é importante frisar que o dilema entre 'assumir-se' ou 'permanecer enrustido' (no armário ou closet) passa a ser considerado um fator na construção da identidade LGBT como uma espécie de lugar de acolhimento, suporte e lar (LOURO, 2001). Outros estudos em concordância com nossa pesquisa apontam que as primeiras experiências de rejeição na família, vivenciadas pelas travestis, dão início a um processo de enfraquecimento da autoestima, ou seja, é a violência psicológica perpetrada aos sujeitos (PERES, 2005).

Com relação às travestis que foram expulsas de casa, a pesquisa mostrou que a chance de sofrerem violência física e/ou sexual é superior quando comparadas com as que tiveram aceitação familiar, ou seja, a expulsão de casa insere essa população em cenários de risco, especialmente porque para sobreviverem, as travestis buscam a prostituição como principal fonte de renda (REIDEL, 2013; ANTRA, 2018)

Nessa jornada, ao serem expulsas de casa, as travestis buscam se inserir em pensões ou casas que residem seus pares, advindas de um mesmo contexto de exclusão, sobrepondo-se a permanência na residência de familiares, pondo em xeque a atuação do núcleo familiar no

suporte a estes indivíduos, revelando a intolerância e o inconformismo dos mesmos. Ao buscarem formar “casas” de convivência entre travestis, elas criam novos laços, muitas vezes, ampliando a noção de família: ali elas constroem relações de afeto, sendo identificadas por “manas” (SOUZA, 2013).

Peres (2005) salienta que esse contexto de violência vivenciada pelas travestis na família pode torná-las, inicialmente, confusas e desorientadas, sendo esse o momento em que o sentimento de pertença leva à aproximação de pessoas que coadunam de mesmos gostos, desejos, sonhos, pessoas que, de certa forma, compartilham suas experiências, necessidades, desejos e projetos.

Corroborando com esses achados, diversos autores (Carrara, Vianna 2006; Peres, 2005; Silva, 1993; Pelúcio, 2007; Benedeti, 2005; Kullick, 2008) que desenvolvem pesquisas a respeito da hostilidade contra a população LGBT mostraram que a violência que atinge travestis, sobretudo as que foram expulsas de casa e atuam como profissionais do sexo, é mais agressiva do que a que tende a vitimar outros homossexuais, particularmente os que não exibem os sinais de diferença no corpo.

Outro estudo evidenciou que a exclusão familiar potencializa a ocorrência de violência física e/ou sexual, o que eleva as chances de surgirem outros sofrimentos, marcados por agressões físicas e psicológicas, histórias de discriminação e exclusão, sendo esse processo de exclusão propagado da família para a comunidade, desta para escola, para os serviços de saúde e demais espaços e contextos de relações com que essas pessoas venham a interagir (ANDRADE, 2017).

Elas vivenciam um risco constante relacionado a violência, são excluídas do mercado de trabalho, têm enorme dificuldade para acessar serviços de saúde, são hostilizadas e violentadas nas escolas e sofrem, frequentemente, com a incompreensão e a rejeição familiar (Vinãs, 2016). Nesse sentido, Marques (2008) e Freire *et al* (2017), apontam que é necessário desconstruir a ideia do senso comum de que violência é apenas o uso da força física, sendo necessária uma análise que agregue todos os aspectos das violências sofridas, em sua totalidade. É necessário compreender ainda que qualquer ato discriminatório às pessoas que vivenciam outra orientação sexual e de gênero, ou seja, o sexo que as pessoas elegem como objeto de desejo e afeto, como violência perpetrada, que fere os direitos humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo este considerado um princípio fundamental inalienável (FREIRE *et al* 2017).

Outros estudos afirmam que para as travestis, a família, ao invés de acolher, tornou-se o primeiro grupo de sociabilidade produtor de exclusão, onde teve início o rompimento de vínculos e o processo de estigmatização, deixando as travestis e vulneráveis, marcadas negativamente e depreciadas ao ponto de serem desprovidas do direito a ter direitos (SOUZA *et al*, 2015; BEZERRA e QUEIROZ, 2015).

Vale destacar que o fenômeno violência ganha contornos decisivos na contemporaneidade, pois dramatiza causas emergentes e as situa no debate público. Embora não seja um problema específico da área de saúde, a violência, no entanto, afeta diretamente a saúde (Minayo, 2006). Recentemente, um estudo brasileiro, em concordância com nossos achados apontaram que ao serem expulsas de casa e aderirem à prostituição como campo de trabalho, as travestis tornaram-se mais suscetíveis a situações de violência física e sexual (ZUCCHI *et al* 2019).

As travestis vivenciam situações de opressão e discriminação desde quando suas escolhas e mudanças corporais começam a se tornar conhecidas. A descoberta da sexualidade é o momento no qual convivem com surras, insultos e diversos tipos de rejeição familiar. Não estar nos padrões de gênero esperados pela família é um dos primeiros obstáculos vivenciados pelas travestis e é nesse universo relacional que se promovem as maiores atrocidades, infâmias e violações de direitos humanos, desrespeitando às singularidades e particularidades na formação da identidade sexual e de gênero, promovendo a baixa autoestima e insegurança frente a um processo tão importante e que reverbera por toda existência das travestis (SOUZA, 2013).

Dessa forma, do ponto de vista das políticas de saúde, torna-se imperioso trabalhar no sentido de conceber o cuidado integral de saúde para pessoas travestis com base nas suas necessidades e demanda, considerando o espectro das experiências da travestilidade e as especificidades das questões relativas às mudanças corporais no conjunto de dimensões referentes à qualidade de vida, na perspectiva de que o direito à livre expressão do gênero é um direito humano.

É importante salientar que o presente estudo teve suas limitações, como o fato de ser não probabilístico, amostra por conveniência, realizado online, desenvolvido com dados extraídos de um instrumento veiculado em redes sociais, onde o sujeito responde à distância, sem a presença do entrevistador, que poderia esclarecer possíveis dúvidas, além de comprovar que se trata de travestis enquanto respondentes, todavia estudos *offline* são mais apropriados

para se conseguir respostas a assuntos intocáveis, além de que nesses estudos existem maior dificuldade em relatar os processos de discriminação (DOURADO *et al* 2016).

Um outro grande desafio encontrado foi a inexistência de dados que contextualizem melhor a violência contra as travestis no Brasil, instrumentos que nos ajudem a calcular índices de prevalência relativa de violência contra esse grupo social, é o caso do IBGE que poderia em seus *surveys* domiciliares trazer perguntas sobre a orientação sexual dos entrevistados, é o caso ainda das polícias, que não fazem uso de classificação de gênero em seus boletins, além das declarações de óbito.

Além disso, o desenho de estudo transversal não permite em geral identificar a temporalidade dos fatos, o que dificulta o estabelecimento de relações causais. No entanto, foi apropriado para analisarmos os fatores associados ao nosso desfecho, que independentemente da relação causal, podem ser indicativos para a implantação de políticas públicas a esta população.

Um ponto de destaque do estudo é que ele foi realizado com maioria de participantes da faixa etária jovem, o que impossibilitou maiores respostas de travestis com idade avançada. Destacamos que, apesar das limitações relativas ao desenho do estudo e seleção amostral, os escores e fatores associados à violência sofrida por travestis na família observados foram similares aos de trabalhos nacionais e internacionais que utilizaram outras abordagens metodológicas mais robustas, além de ter permitido uma amostra de tamanho suficiente para as devidas estimativas.

6. CONCLUSÕES

O universo existencial das travestis é marcado pela presença da violência, preconceito e discriminação, iniciando no ambiente familiar, perpassando por outros espaços sociais e de convivência coletiva. Dessa forma, percebe-se que desde cedo vivenciam as carências de natureza emocional e psicológica, uma vez que não encontram apoio e suporte familiar no que tange às suas escolhas pessoais e afirmação da identidade.

Obter o conhecimento das situações familiares vivenciadas pelas travestis, em especial, as questões relacionadas à violência, é importante para fundamentar o processo de reflexão sobre as medidas necessárias para formulação de políticas públicas que possibilitem a adoção de medidas de prevenção e punição a atos que, independentemente de onde sejam realizados, possam ser concebidos como crimes hediondos.

Ademais, o estudo demonstrou que a violência atinge as travestis pela via da discriminação e preconceito no que diz respeito ao acesso em emprego formal, sendo um mercado desigual e excludente, conduzindo-as em sua maioria para inserção na vida de prostituição, onde a violência física/sexual ganha força e se torna mais presente no cotidiano.

É possível perceber a invisibilidade dessas pessoas no meio social. Apontamos que a maioria das políticas públicas direcionadas a travestis e transexuais são direcionadas para a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, e não para políticas de inclusão na família, escola e no trabalho.

No entanto, a carência de estudos brasileiros, especialmente acerca da violência contra essa população, traz à tona a discussão da invisibilidade dessa temática na literatura científica. A incipiência de estudos desafia a proposta de buscar reverberar os sentidos e significados que as travestis atribuem às experiências de violência e de que forma a rede e o apoio social se articulam no enfrentamento das manifestações de violência na família e sociedade.

Percebe-se então que apesar de termos conquistado vários avanços da atualidade com relação à transfobia, o preconceito ainda é um fator preponderante para a violência física e psicológica para este grupo de indivíduos, sendo a sexualidade concebida ainda como um tabu, e precisa ser ressignificada e amplamente debatida com a sociedade, para que esta se eduque e destitua-se de seus preconceitos e violência gratuita.

Portanto, o desenvolvimento de programas e políticas deve ser feito considerando as principais fontes de violência contra travestis, abordando os altos índices de prevalência das inúmeras formas de concepção da violência por parte de membros da família, construindo assim os programas e iniciativas de políticas públicas necessários para ajudar as famílias a aceitarem os membros da família.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. E. R. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, 17(3), 59-69. 2013.

ANDRADE, C. A. de. **Autocuidado de mulheres transexuais em uso de hormônios à luz da teoria de orem**. Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Enfermagem. Recife PE, 2017.

ANTRA. **Transexuais são excluídos do mercado de trabalho**, 2018. Acessado em: 13/10/2018.

BENTO B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense; 2014.

BENEDETTI MR. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Editora Garamond; 2005.

BONASSI, B. C.; *et al.* Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. In: **Quaderns de Psicologia**, 2015, vol. 17, nº 3, p. 83-98.

BRASIL, **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria De Direitos Humanos. **Guia Orientador para a criação de conselhos estaduais/municipais de direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT**. Brasília: SED-PR, 2015.

_____. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2016. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2017. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>. Acesso em 25 ago 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAMARA, R. P. S. **Marcas e Identidades das mulheres transexuais à luz da Lei Maria da Penha em Natal/RN**. Disponível em: <http://www.enadir2017.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic>. Acessado em: 13/10/2018.

CARDOSO M. R, FERRO L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psic Ciênc e Prof.** 2012; [Cited 2014 ago 28]; 3 (32): 552-563.

CARRARA S, VIANNA ARB. Tá lá o corpo estendido no chão: a violência letal contra travestis no Rio de Janeiro. *Physis* (Rio J.) 2006; 16:233-49.

CARRIERI A. de P., SOUZA E. M. de, AGUIAR A. R. C. Trabalho, Violência e Sexualidade. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5, pp. 78-95, Jan./Fev. 2014.

CHAGAS, E. N. **Identidade de gênero e políticas públicas:** a invisibilidade da população trans no Brasil. VIII Jornada Internacional de políticas públicas. 2017.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2007.

DEVIDES, M. B. C. **A violência contra travestis e transexuais mulheres a partir de uma perspectiva analítico-comportamental.** Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2018

DOURADO, I. *et al.* Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública[online]**. vol.32, n.9. 2016.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2017:** Assassinatos de homossexuais (LGBT) no Brasil. Banco de Dados. Grupo Gay da Bahia. 2017.

JESUS J. G. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília; 2012. Disponível em: http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans. Acessado em: 13/10/2018.

JUNQUEIRA, R. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar.** In Seminário: Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande. Anais. Rio Grande, RS: FURG. 2009.

KENNEDY, N. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN**, v. 11, n. 2, p. 1-41, 2010.

KULICK D. **Travesti:** prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

MARTINS, M. Z. **A vulnerabilidade dos transexuais o caminho das políticas públicas efetivas e a necessidade imediata da jurisdição constitucional.** Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Brasília, 2017.

MOTT L, CERQUEIRA MF, ALMEIDA C. O crime anti-homossexual no Brasil. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia; 2002.

MOTT L. Homo-afetividade e direitos humanos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 14, n. 2, p. 509-521, set. 2006.

OLIVEIRA, A. C.; MENEZES M. S. de. **Violência transfóbica contra travestis e transexuais em Aracaju/Sergipe.** Editora Realize. 2018.

PARDINI, B. A.; OLIVEIRA, V. H. **Impacto da violência psicológica e transexualidade.** 2017.

PELÚCIO L. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo de prevenção da aids. [Tese de Doutorado]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2007.

PERES WS. Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2005.

PERES W. S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: Junqueira RD, organizador. **Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO; 2009. p.235-63.

REIDEL, Marina. A pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RIOS, R. R. **O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação**. In F. Pocahy (Org.), Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea (pp. 27-48). Porto Alegre: Nuances. 2008.

SANTOS FILHO, F. R M. SOUZA, M. L. B. Implicações ético política do corpo travesti nas políticas de saúde. **SANARE**, Sobral - V.16 Suplemento n.01, p.48-57, 2017.

SILVA, B. de B; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessoem: 27 ago. 2019.

SILVA G. W. S, *et al*. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Rev Gaúcha Enferm.** jun; v. 37, n. 2. 2016

SILVA R. G. L. B, BEZERRA W. C, QUEIROZ S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**. set.-dez.; v. 26, n. 3, p. 364-72. 2015.

SILVA M.M.V.B.B. Produção e negociação das identidades trans nas relações familiares em Natal-RN. *História Agora* 2014; 16:34-57

SILVA H. Travesti: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará; 1993.

SILVA, M.A.da. **Travestis e transexuais no Estado de São Paulo: inserção no mercado de trabalho**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2018.

SOARES, A. S. F. A construção de identidade sexual: travesti, a invenção do feminino. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.2, p. 5-14, mai.2012

SOUZA, D. E. da S. COSTA, B. L. S. RODRIGUES, E. M. **A inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho.** Inovarse. 2016.

SOUZA M. Itinerários terapêuticos das travestis de Santa Maria/RS [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo; 2013.

TEXEIRA, T. P. *et al.* Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 33, n. 7, e00113316, Jun. 2016. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/163/silicone-liquido-industrial-para-transformar-o-corpo-prevalencia-e-fatores-associados-ao-seu-uso-entre-travestis-e-mulheres-transexuais-em-so-paulo-brasil>. Acessado em: 13/10/2018.

TRANSGENDER EUROPE'S TRANS MURDER MONITORING (TMM) IN TRANSGENDER EUROPE (TGEU). Disponível em: Acesso em: Acessado em: 12/10/2018.

VIÑAS, S. M. P. Transgêneros: preconceitos, discriminação e o modelo autodeterminativo para o direito. 2016. Disponível em: <https://sandravinas.jusbrasil.com.br/noticias/334551684/transgeneros-preconceitos-discriminacao-e-o-modelo-autodeterminativo-para-o-direito>. Acessado em: 13/10/2018.

ZUCCHI, E. M., *et al.* Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 35, n. 3, e00064618, Mar. 2018. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/680/bem-estar-psicologico-entre-travestis-e-mulheres-transexuais-no-estado-de-so-paulo-brasil>. Acessado em: 29 ago. 2019.

WHITE HUGHTO JM, REISNER SL, PACHANKIS JE. Transgender stigma and health: a critical review of stigma determinants, mechanisms, and interventions. **Soc Sci Med** 2015; 147:222-31.

ANEXOS

Anexo 1- Autorização para utilização dos dados do projeto Muriel e para divulgação da pesquisa.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS

Eu, Junior Araújo Sousa, responsável pelo arquivo de dados da Pesquisa “Igualdade, Saúde, Tolerância: construindo pontes no Universo das Travestis, Transexuais e Transgêneros” desenvolvida na Universidade Católica de Santos para o Doutorado em Saúde Coletiva, declaro ser esclarecido que o trabalho intitulado "**A violência vivenciada por travestis e transexuais na construção da identidade**" apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Estimar os fatores associados à violência vivenciada por travestis no contexto familiar e social.

Objetivos Específicos

Compreender o processo de violência vivenciadas no cotidiano familiar e social das travestis.

Identificar os tipos de violência prevalentes que as travestis enfrentam no âmbito do convívio familiar.

Foi-me garantido que:

- 1) Os dados serão usados unicamente para fins científicos.
- 2) Em nenhum momento da pesquisa os nomes dos pacientes serão divulgados.
- 3) Poderei desistir de permitir o acesso ao banco de dados a qualquer momento, sem ser penalizado fisicamente, financeiramente e moralmente.
- 4) Ao final da pesquisa, se for do meu interesse ou da instituição, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador.
- 5). Toda produção científica (artigos e resumos) serão comunicadas e contarão com créditos na autoria ao grupo de pesquisa envolvido do projeto maior.

Caso queira entrar em contato com o pesquisador responsável Junior Araújo Sousa, poderei fazê-lo pelo número de telefone (13) 98868-3618.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino esta autorização.

Guarujá, 10 de setembro de 2018.

Junior Araújo Sousa
Coordenador do Projeto

Anexo 2 – Modelo do Instrumento de Coleta de Dados ONLINE – Termo – Resposta: não aceito participar.



Seja Bem vindo





UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

Igualdade, Saúde, Tolerância: Construindo pontes no universo das Travestis, Transexuais e Transgêneros

Universidade Católica de Santos– UNISANTOS
Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Pesquisadora Responsável: Dra. Claudia Renata dos Santos Barros
Doutorando: Me. Junior Araújo Sousa

Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada de “Igualdade, Saúde, tolerância: construindo pontes no universo das Travestis, Transexuais e Transgêneros”, vinculado no Doutorado em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS. Dessa forma a pesquisa tem como objetivo geral de analisar a ocorrência de discriminação em estabelecimentos de saúde e estimar os fatores associados aos episódios discriminatórios, entre outros objetivos.

As informações produzidas por esta pesquisa serão utilizadas para ajudar na elaboração de novas políticas públicas embasadas na igualdade, dignidade e respeito para o grupo, como também possibilitar futuras capacitações/sensibilizações com os serviços, profissionais de saúde sobre a importância do uso do nome social e a valorização da identidade de gênero. A sua participação nesta pesquisa é voluntária, ou seja, não vai receber nada para participar, mas com sua ajuda poderemos construir pontes de igualdade, assim, você tem o direito de deixar de responder a essas perguntas e pode parar de participar do estudo a qualquer momento se quiser, deixando claro que os riscos apresentados dessa pesquisa são mínimos. Será garantido o total sigilo das informações que você fornecer, assim como seu anonimato. Seu nome não será divulgado em nenhum momento da pesquisa.

Para o questionário ser liberado pelo sistema é necessário que alguns componentes obrigatórios, sendo esses: responder à pergunta sobre o que mais lhe marcou na vida por ser Travesti, Transexual ou Transgênero, aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nacionalidade e signo e e-mail é opcional, serve apenas para divulgar o andamento da pesquisa

Essas informações servem para garantir a individualidade de cada entrevista, entre as travestis, transexuais e transgêneros participantes, já que caso desista, o respectivo nome social será excluído da análise final, conforme o desejo da entrevista.

Toda essa pesquisa vem sendo desenvolvida sob a Responsabilidade Técnica Educacional da Dra. Claudia Renata dos Santos Barros, e-mail claudia.barros@unisantos.br em parceria com o aluno de doutorado Junior Araújo Sousa, no grupo de estudos interdisciplinar sobre saúde e sexualidade na perspectiva do quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos (GEISPEQ).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Santos, Nº do CAAE - 60696716.5.0000.5536, Nº do Parecer: 1.886.562. E-mail: comet@unisantos.br.

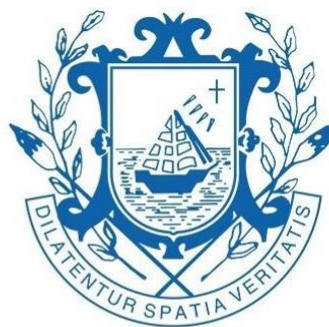
Vossa Senhoria poderá tomar conhecimento sobre o andamento da pesquisa, agendando um encontro pessoalmente com a Orientadora na Universidade Católica de Santos - UNISANTOS, Av. Conselheiro Nébias, 300, Santos/SP, telefone: 3205-5555 ou entrando em contato por e-mail: projetoigualdade2017@gmail.com ou junior@unisantos.br

Muito obrigado pela sua colaboração e atenção

Muito obrigado pela sua colaboração e atenção!



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE

*Obrigatório

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA TESE

Esse projeto de doutorado procura dar visibilidade ao universo das discriminações em relação a identidade de gênero, além de outros objetivos, embora no Brasil somente seja reconhecido politicamente a identidade social de Travesti, Transexual, compreendido por mulheres transexuais e homens trans, essa pesquisa procurou também incluir os transgêneros, que nada mais é do que uma terminologia “guarda-chuva” utilizado nos Estados Unidos que lá tem o mesmo significado que travestis, transexuais.

Mas no Brasil, ressalta-se que transgêneros trata-se de uma **expressão de gênero**, compreendido por drag queens, king queens, transformistas entre outros, portanto no **BRASIL**, não se caracteriza como uma identidade social, porém o grupo também sofre discriminação por utilizar adereços do sexo oposto ao de nascimento.

E levando em consideração os pedidos nos bastidores dessa pesquisa de doutorado da inclusão dos transgêneros na tese o grupo foi inserido já que quando se trata de **transfobia**, as travestis, transexuais e transgêneros sofrem sem distinção discriminação, violência, preconceito e estigma.

Levando ainda aspecto ético do respeito e da dignidade humana e principalmente pela importância do legado deixado nessa tese de igualdade, inclusão o terceiro grupo foi acolhido de forma igualitária, sem distinção mesmo sendo apenas uma expressão de gênero, mas sim pessoas que também sofrem, iguais as demais.

Santos, 13 de dezembro de 2016.

Aceita o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ? *

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e poderei retirar o meu consentimento a qualquer hora, antes ou durante o desenvolvimento da mesma, sem penalidade, prejuízos, sempre preservando minha PRIVACIDADE e ANONIMATO.

☐ Sim

☐ Não

Fim da Pesquisa



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



Muito Obrigado pela participação, por favor
clique na opção enviar.

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Powered by
Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



Anexo3 – Modelo do Instrumento de Coleta de Dados ONLINE – Termo – Resposta: aceito participar.



Seja Bem vindo





UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

Igualdade, Saúde, Tolerância: Construindo pontes no universo das Travestis, Transexuais e Transgêneros

Universidade Católica de Santos– UNISANTOS
Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Pesquisadora Responsável: Dra. Claudia Renata dos Santos Barros
Doutorando: Me. Junior Araújo Sousa

Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada de "Igualdade, Saúde, tolerância: construindo pontes no universo das Travestis, Transexuais e Transgêneros", vinculado no Doutorado em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS. Dessa forma a pesquisa tem como objetivo geral de analisar a ocorrência de discriminação em estabelecimentos de saúde e estimar os fatores associados aos episódios discriminatórios, entre outros objetivos.

As informações produzidas por esta pesquisa serão utilizadas para ajudar na elaboração de novas políticas públicas embasadas na igualdade, dignidade e respeito para o grupo, como também possibilitar futuras capacitações/sensibilizações com os serviços, profissionais de saúde sobre a importância do uso do nome social e a valorização da identidade de gênero. A sua participação nesta pesquisa é voluntária, ou seja, não vai receber nada para participar, mas com sua ajuda poderemos construir pontes de igualdade, assim, você tem o direito de deixar de responder a essas perguntas e pode parar de participar do estudo a qualquer momento se quiser, deixando claro que os riscos apresentados dessa pesquisa são mínimos. Será garantido o total sigilo das informações que você fornecer, assim como seu anonimato. Seu nome não será divulgado em nenhum momento da pesquisa.

Para o questionário ser liberado pelo sistema é necessário que alguns componentes obrigatórios, sendo esses: responder à pergunta sobre o que mais lhe marcou na vida por ser Travesti, Transexual ou Transgênero, aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nacionalidade e signo e e-mail é opcional, serve apenas para divulgar o andamento da pesquisa

Essas informações servem para garantir a individualidade de cada entrevista, entre as travestis, transexuais e transgêneros participantes, já que caso desista, o respectivo nome social será excluído da análise final, conforme o desejo da entrevista.

Toda essa pesquisa vem sendo desenvolvida sob a Responsabilidade Técnica Educacional da Dra. Claudia Renata dos Santos Barros, e-mail claudia.barros@unisantos.br em parceria com o aluno de doutorado Junior Araújo Sousa, no grupo de estudos interdisciplinar sobre saúde e sexualidade na perspectiva do quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos (GEISPEQ).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Santos, Nº do CAAE - 60696716.5.0000.5536, Nº do Parecer: 1.886.562. E-mail: comet@unisantos.br. Vossa Senhoria poderá tomar conhecimento sobre o andamento da pesquisa, agendando um encontro pessoalmente com a Orientadora na Universidade Católica de Santos - UNISANTOS, Av. Conselheiro Nébias, 300, Santos/SP, telefone: 3205-5555 ou entrando em contato por e-mail: projetoigualdade2017@gmail.com ou junior@unisantos.br

Muito obrigado pela sua colaboração e atenção

Muito obrigado pela sua colaboração e atenção!



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE

*Obrigatório

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA TESE

Esse projeto de doutorado procura dar visibilidade ao universo das discriminações em relação a identidade de gênero, além de outros objetivos, embora no Brasil somente seja reconhecido politicamente a identidade social de Travesti, Transexual, compreendido por mulheres transexuais e homens trans, essa pesquisa procurou também incluir os transgêneros, que nada mais é do que uma terminologia “guarda-chuva” utilizado nos Estados Unidos que lá tem o mesmo significado que travestis, transexuais.

Mas no Brasil, ressalta-se que transgêneros trata-se de uma expressão de gênero, compreendido por drag queens, king queens, transformistas entre outros, portanto no BRASIL, não se caracteriza como uma identidade social, porém o grupo também sofre discriminação por utilizar adereços do sexo oposto ao de nascimento.

E levando em consideração os pedidos nos bastidores dessa pesquisa de doutorado da inclusão dos transgêneros na tese o grupo foi inserido já que quando se trata de **transfobia**, as travestis, transexuais e transgêneros sofrem sem distinção discriminação, violência, preconceito e estigma.

Levando ainda aspecto ético do respeito e da dignidade humana e principalmente pela importância do legado deixado nessa tese de igualdade, inclusão o terceiro grupo foi acolhido de forma igualitária, sem distinção mesmo sendo apenas uma expressão de gênero, mas sim pessoas que também sofrem, iguais as demais.

Santos, 13 de dezembro de 2016.

Aceita o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ? *

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e poderei retirar o meu consentimento a qualquer hora, antes ou durante o desenvolvimento da mesma, sem penalidade, prejuízos, sempre preservando minha PRIVACIDADE e ANONIMATO.

☐ Sim☐ Não**Bloco Inicial**

Essa etapa garante a individualidade na pesquisa.

Quais as iniciais do nome da primeira pessoa que lhe aceitou por ser Travesti, Transexual ou Transgênero (Drag Queen, King Queen, Transformista)? *

Componente que garante a individualidade na amostra.

Em uma palavra, o que mais lhe marcou na vida por ser Travesti, Transexual ou Transgênero? *

Componente que garante a individualidade na amostra.

Qual seu signo(Horóscopo)? *

Componente que garante a individualidade na amostra.

- ☐ Áries
☐ Touro
☐ Gêmeos
☐ Câncer
☐ Leão
☐ Virgem
☐ Libra
☐ Escorpião
☐ Sagitário
☐ Capricórnio
☐ Aquário
☐ Peixes
☐ Não tenho Horóscopo

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOSUNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOSUNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

É brasileira (o)? *

Componente que garante a individualidade na amostra.

- ☐ Sim
☐ Não

Qual o código fornecido pelo pesquisador na postagem?

Componente que garante a individualidade na técnica RPS

Você gostaria de receber informações por e-mail, sobre o andamento da pesquisa? (Opcional)

Resposta não obrigatória

Etapa - A : Identificação dos Participantes

Primeira etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

**Orientações Gerais**

Algumas questões são de múltipla escolha e duas são para você escrever sua resposta.

Nas questões de múltipla escolha, você deverá escolher a alternativa que corresponde a sua opinião.

Existem perguntas que você pode escolher mais de uma opção.

Existem duas perguntas, sobre a cidade de nascimento e de moradia atual, você pode deixar a resposta no espaço em branco.

Não existem questões certas ou erras, queremos sua opinião e percepções.

1. Como você se identifica? *

Caso transite apenas entre os gêneros, escolher a opção transgênero

- ☐ Travesti
☐ Mulher Transexual
☐ Homem Trans
☐ Transgêneros (Drag Queen, King Queen)
☐ Transgênero (Transformistas)
☐ Crossdressing
☐ Não Binários

Bloco A - Identificação - Parte 1

Primeira etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco A.

2. Qual o seu sexo de nascimento?

- ☐ Masculino
☐ Feminino

3. Qual é sua idade?

4. Qual é sua orientação sexual?

- ☐ Heterossexual
☐ Homossexual
☐ Bissexual
☐ Assexual (não tem relações sexuais)

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



5. Como você se identifica, em relação a sua Raça/Cor ?

Classificação conforme o IBGE

- ☐ Amarela
☐ Branca
☐ Preta
☐ Parda
☐ Indígena
☐ Sem declaração

6. Qual a sua cidade de nascimento?

7. Qual o seu estado de Nascimento?

- ☐ Alagoas – AL
☐ Amapá - AP
☐ Amazonas – AM
☐ Bahia – BA
☐ Ceará- CE
☐ Distrito Federal- DF
☐ Espírito Santo - ES
☐ Goiás-GO
☐ Maranhão-MA
☐ Minas Gerais-MG
☐ Mato Grosso do Sul-MS
☐ Mato Grosso-MT
☐ Pará-PA
☐ Paraíba-PB
☐ Pernambuco-PE
☐ Paraná-PR
☐ Rio de Janeiro-RJ
☐ Rio Grande do norte-RN
☐ Roraima-RO
☐ Rio Grande do Sul-RS
☐ Sergipe-SE
☐ São Paulo-SP
☐ Tocantins-TO
☐ Internacional

8. Qual o país de nascimento?

- ☐ Brasil
☐ Outro:

Bloco A - Identificação - Parte 2

Segunda etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco A.

9. Qual é o seu estado civil?

- ☐ Solteiro
☐ Casado, com casamento no civil
☐ Divorciado
☐ Relacionamento aberto
☐ União estável sem registro civil
☐ União estável com registro civil
☐ Viúvo(a)

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



10. Qual a sua religião?

- ☐ Católica
☐ Candomblé
☐ Evangélica
☐ Espírita kardecista
☐ Umbanda
☐ Outro:

11. Qual é seu nível de escolaridade?

- ☐ Ensino Fundamental Completo
☐ Ensino Fundamental Incompleto
☐ Ensino Médio Completo
☐ Ensino Médio Incompleto
☐ Ensino Técnico
☐ Ensino Técnico Incompleto
☐ Graduação Completo
☐ Graduação Incompleto
☐ Especialização Completo
☐ Especialização Incompleto
☐ Mestrado Completo
☐ Mestrado Incompleto
☐ Doutorado Completo
☐ Doutorado Incompleto
☐ Pós-Doutorado
☐ Não terminei os estudos
☐ Outro:

12. Quais documentos, você leva, quando vai no estabelecimento de saúde?

Exemplo: clínicas, hospitais de saúde, entre outros. Você pode escolher mais de uma opção

- ☐ RG com o nome civil (nome de nascimento)
☐ RG com o nome civil, mas assinado com o nome social
☐ CPF
☐ Cartão SUS, com o nome civil (nome de nascimento)
☐ Cartão SUS, com o nome social
☐ Não tenho documentos
☐ Não tenho documentos com o nome social, porque não dei entrada na mudança
☐ Não tenho documentos com o nome social, porque dei entrada, mas não aprovaram.
☐ Outro:

13. Qual é a sua cidade de moradia?



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



14. Qual o seu estado de moradia?

- ☐ Alagoas – AL
☐ Amapá - AP
☐ Amazonas – AM
☐ Bahia – BA
☐ Ceará- CE
☐ Distrito Federal- DF
☐ Espírito Santo - ES
☐ Goiás-GO
☐ Maranhão-MA
☐ Minas Gerais-MG
☐ Mato Grosso do Sul-MS
☐ Mato Grosso-MT
☐ Pará-PA
☐ Paraíba-PB
☐ Pernambuco-PE
☐ Piauí-PI
☐ Paraná-PR
☐ Rio de Janeiro-RJ
☐ Rio Grande do norte-RN
☐ Roraima-RO
☐ Rio Grande do Sul-RS
☐ Sergipe-SE
☐ São Paulo-SP
☐ Tocantins-TO
☐ Internacional

15. Qual o país?

- ☐ Brasil
☐ Outro:

16. Qual idade você se identificou com o gênero atual (travesti, transexual) ou começou a se montar (transgêneros)?

17. Em qual área ou profissão, você trabalha?

Você pode escolher mais de uma opção

- ☐ Área de Administração
☐ Área de Alimentos
☐ Área de Arte/Desenho/Costura
☐ Área da Saúde
☐ Área de Ensino
☐ Salão de Beleza
☐ Serviços Domésticos
☐ Serviços como autônomo
☐ Setor de shows em boates
☐ Profissional do sexo
☐ Setor de Telemarketing
☐ Setor Público
☐ Não Trabalho
☐ Outro:



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA

Etapa B- Representações na Vida e Saúde

Primeira etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco B.



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



Etapa B. Representações na Vida e Saúde

18. Por ser Travesti, Transexual, Transgêneros (Drag Queen, King Queen, Transformistas) a sua vida foi afetada pela discriminação?

- ☐ Sim
☐ Não

19. Durante a vida escolar a sua saúde chegou a ser prejudicada, por causa da discriminação pela sua identidade de gênero ou devido já se montar?

- ☐ Sim
☐ Não

20. Você sofreu discriminação em ambientes de trabalho, afetando sua saúde por ser Travesti, Transexual, Transgêneros (Drag Queen, King Queen, Transformistas)?

- ☐ Sim
☐ Não

Bloco B - Etapa 2 - Ambiente Familiar e Violências

Segunda etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco B.

21. Você sofreu discriminação por algum dos seus familiares?

Você pode escolher mais de uma opção

- ☐ Mãe
☐ Pai
☐ Tio
☐ Tia
☐ Irmão
☐ Irmã
☐ Parente próximo
☐ Parente distante
☐ Não sofreu discriminação familiar
☐ Outro:

22. Entre os itens da listagem, qual você se identifica em relação ao sair do armário?

- ☐ Tive que enfrentar meus próprios preconceitos primeiro
☐ Tive muito medo
☐ Foi tranquilo
☐ Complicado
☐ Ainda não me assumi
☐ Tive medo de perder amigos
☐ Outro:

DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



Bloco B - Etapa 3 - Vida e Saúde

Terceira etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco B.

23. Entre as opções abaixo, qual você se identifica sobre a aceitação familiar?

- ☐ Meus pais aceitaram
- ☐ Meus pais não aceitaram
- ☐ Minha mãe aceitou e meu pai não
- ☐ Minha mãe não aceitou e meu pai aceitou
- ☐ Fui expulsa(o) de casa
- ☐ Outro:

24. Você sofreu algum tipo de violência, devido ter se assumido para a família?

- ☐ Violência Verbal
- ☐ Violência Física
- ☐ Violência Sexual
- ☐ Violência Psicológica
- ☐ Não passei por alguma dessas situações, devido não ter me assumido ainda
- ☐ Não sofri violência

Bloco B - Etapa 4 - Vida e Saúde

Quarta etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco B.

25. Você precisou ir para algum estabelecimento de saúde, devido à violência?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não, fui por medo da discriminação

Bloco B - Etapa 5 - Vida e Saúde

Quinta etapa do questionário da tese de doutorado em Saúde Coletiva, Bloco B.

26. Você reconhece a dor da discriminação como fosse uma identidade que afeta a sua saúde, por ser Travesti, Transexual ou Transgênero (Drag Queen, King Queen, Transformistas)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Etapa C - Representações na Saúde

Primeira etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



**Etapa C-Representações em
Estabelecimentos de Saúde**

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



27 – Você já sofreu discriminação em estabelecimentos de saúde por ser Travesti, Transexual ou Transgênero (Drag Queen, King Queen, Transformistas)?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não

Bloco C - Etapa 2 - Saúde

Segunda etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.

28. Qual foi o tipo de estabelecimentos de saúde que lhe discriminou? Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

Você pode escolher mais de uma opção.

- ☐ Ambulatório de Saúde Integral para Travestis, Transexuais
☐ Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde
☐ Farmácias
☐ Hospital
☐ Posto de Saúde
☐ Pronto-Socorro
☐ Outro:

29. Você poderia mencionar em qual o local (unidade/ambiente) nos estabelecimentos de saúde que sofreu discriminação? Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros. Você pode escolher mais de uma opção.

Você pode escolher mais de uma opção

- ☐ Recepção
☐ Na espera para ser atendida pelo clínico geral
☐ Durante o atendimento
☐ Na coleta de exames laboratoriais
☐ Na aplicação de soro, vacina, entre outros
☐ Na saída do serviço de saúde
☐ Outro:

30. Entre as opções de discriminações da lista, qual a situação que se aproxima do acontecido no estabelecimento de saúde? Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

Você pode escolher mais de uma opção

- ☐ não utilização do nome social no prontuário
☐ não ter sido respeitado o nome social no cartão SUS
☐ ter sido chamada pelo nome de nascimento, em vez do nome social
☐ não ter sido atendida(o)
☐ não respeitar a minha acompanhante ou meu acompanhante LGBT
☐ tratamento diferenciado dos demais pacientes
☐ Outro:

31. Você poderia informar, qual foi o profissional que fez a discriminação?

Você pode escolher mais de uma opção.

- ☐ Recepcionista
☐ Assistente Social
☐ Biólogo
☐ Biomédico
☐ Enfermeiro
☐ Farmacêutico
☐ Fisioterapeuta
☐ Nutricionista
☐ Médico
☐ Outro:

Bloco C - Etapa 3 - Saúde

Terceira etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.



**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS**



**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS**



**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS**

Bloco C - Etapa 3 - Saúde

Terceira etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.

32. Você já vivenciou alguma discriminação em estabelecimentos de saúde com alguma Travesti, transexual ou transgênero (Drag Queen, King Queen, Transformistas)?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não

33. Você já sofreu discriminação em estabelecimentos de saúde, devido algum tratamento que você tinha ou tem que fazer?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não

Bloco C - Etapa 4 - Saúde

Quarta etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.

34. Se sim para que?

Você pode escolher mais de uma opção

- ☐ AIDS
☐ Câncer
☐ Dengue
☐ Febre de Chikungunya
☐ Febre Amarela
☐ Hepatites Virais
☐ HIV
☐ Profilaxia Pós-Infecção ao HIV - PEP
☐ Processo transexualizador - Cirurgia de Redesignação sexual
☐ Sífilis
☐ Terapia Hormonal
☐ Tuberculose
☐ Vírus Zica
☐ Outro:

35. Você acredita que a discriminação foi pela doença, sintomas ou ambos por ser Travesti, Transexual ou por estar montada de Drag Queen, King Queen, Transformista (Transgêneros)?

- ☐ Doenças, sintomas e outros.
☐ Por ser Travesti, Transexual ou por estar montada de Drag Queen, King Queen, Transformista (Transgêneros)
☐ Ambas as situações

Bloco C - Etapa 5 - Saúde

Quinta etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.

36. Qual a situação que gera discriminação em relação a mudança corporal, quando se trata de Travestis, Transexuais e Transgêneros em Estabelecimentos de Saúde, entre as opções? Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

Você pode escolher mais de uma opção

- ☐ Prótese de Silicone
☐ Silicone Industrial
☐ Processo Transexualizador (Cirurgia de redesignação)
☐ Hormônios
☐ Remoção das Mamas
☐ Retirada dos ovários
☐ Retirada do útero
☐ Estar usando acessórios de outro gênero, devido estar montado (Transgênero)
☐ Outro:

37. Você já deixou de fazer algum tratamento devido a dificuldade de ir até estabelecimento de saúde?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não

UNIVERSIDADE
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



38. Você acredita que futuramente no Brasil, os estabelecimentos de saúde reconheceram com dignidade e respeito as travestis, transexuais ou Drag Queen, King Queen, Transformista (Transgêneros)?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não

39. O que você faz para se tratar, quando não vai em estabelecimentos de saúde, devido a discriminação em relação a mudança na aparência por ser Travesti, Transexual ou por estar montada no momento (Transgênero)?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Contrato um profissional qualificado para me atender
☐ Espero os sintomas passarem
☐ Recorro a ajuda de bombadeiras
☐ Recorro a ajuda de amigos
☐ Recorro a remédios e chás caseiros
☐ Recorro a ajuda de religiões afrodescendentes
☐ Outro:

40. Você utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS) ou o Sistema de Saúde Privado?

- ☐ Público
☐ Privado
☐ Ambos

Bloco C - Etapa 6 - Saúde

Sexta etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.

41. Você já foi discriminada (o) por utilizar o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero (Travesti, Transexual) ou por estar montada (Transgêneros) em estabelecimentos de saúde?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não

42. Você teve a oportunidade de ir em algum evento de inauguração/comemoração em estabelecimento de saúde, de acordo com a sua identidade de gênero ou como transgênero (Drag Queen, King Queen, Transformistas)?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Sim, inclusive com o meu parceiro
☐ Sim, inclusive com a minha parceira

Bloco C - Etapa 7 - Saúde

Sétima etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.

43. Existe alguma lei, que consiga lhe proteger contra a discriminação em estabelecimento de saúde sofrida por ser Travestis, Transexual ou de transitar entre os gêneros (Transgênero), no seu estado de moradia?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não

Bloco D - Etapa 8 - Saúde

Oitava etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.

44. Você tem dificuldade de conseguir atendimento em estabelecimentos de saúde, por ser travestis, transexuais ou por estar montada de Drag Queen, King Queen, Transformista (Transgêneros)?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
☐ Não

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



45. Durante o processo de discriminação no estabelecimento de saúde, você teve a ajuda de algum profissional de saúde, a seu favor?

Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sofreu discriminação

46. Você acha que a discussão sobre gênero em cursos destinados ao atendimento em saúde diminuiria a discriminação nesses serviços, para as Travestis, Transexuais e Transgêneros?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Bloco E - Etapa 8 - Saúde

Etapla final do questionário da tese de doutorado em Saúde coletiva, Bloco C.

47. Qual dos itens da lista, qual você se identifica em relação a reclamação formal de discriminação em estabelecimento de saúde? Exemplo: Clínicas, Hospitais, Postos de saúde, entre outros.

Você pode escolher mais de uma opção

- ☐ Diretoria do estabelecimento de saúde
- ☐ Chefe de setor do estabelecimento de saúde
- ☐ Atendente do local
- ☐ Boletim de Ocorrência (B.O) na delegacia
- ☐ Boletim de Ocorrência (B.O) na delegacia online
- ☐ Ouvidoria
- ☐ Outro:

Bloco F - Etapa 9 - Saúde e Militância.

Última etapa do questionário da pesquisa de tese de doutorado em Saúde Coletiva, bloco C.

48. Você faz parte da militância LGBT?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não, mas acompanho nos noticiários as conquistas

49. O programa Transcidadania do Estado de São Paulo procura resgatar a cidadania de Travestis, Transexuais em situação de vulnerabilidade, por meio da conclusão de estudos, capacitações e cursos profissionalizantes, no caso você acha que o projeto deveria ser também disponibilizado por outros estados no Brasil?

- ☐ Sou a favor
- ☐ Sou contra

Fim da Pesquisa



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



Muito Obrigado pela participação, por favor
clique na opção enviar.

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Powered by
Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
Denunciar abuso - Termos de Serviço - Termos Adicionais



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

